



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA

ISAIAS MARTINS DA FONSECA

**DAS “MINAS” À ARQUITETURA COLONIAL AMAZÔNICA: os sambaquis de São João de Pirabas, segundo Ferreira Penna (1876)**

ANANINDEUA  
2025

ISAIAS MARTINS DA FONSECA

**DAS “MINAS” À ARQUITETURA COLONIAL AMAZÔNICA: os sambaquis de São João de Pirabas, segundo Ferreira Penna (1876)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA  
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M379m Martins, Isaías.  
Das "minas" à arquitetura colonial amazônica : os sambaquis de  
São João de Pirabas, segundo Ferreira Penna (1876) / Isaías  
Martins. — 2026.  
viii, 39 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle  
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Ananindeua, Curso de História,  
Ananindeua, 2026.

1. São João de Pirabas. 2. sambaqui amazônico. 3.  
indústria caieira. 4. engenharia colonial. I. Título.

CDD 981.1

---

ISAIAS MARTINS DA FONSECA

**DAS “MINAS” À ARQUITETURA COLONIAL AMAZÔNICA: os sambaquis de São João de Pirabas, segundo Ferreira Penna (1876)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Data da aprovação: 27/01/2026

Conceito: Excelente

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Wesley Oliveira Kettle (Orientador)  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Dra. Sueny Diana Oliveira de Souza  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Dra. Daiana Travassos Alves  
Universidade Federal do Pará - UFPA

À minha mãe (*in memoriam*), minha maior admiradora e encorajadora, a bússola que me apontou o caminho dos estudos como o meio de mudar meu “destino”. Saudade eterna.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a ela, mulher negra, não alfabetizada, mãe de 16 filhos, minha maior admiradora e incentivadora, que em um certo dia - naqueles em que os filhos andam errantes - me encorajou e me convenceu a retomar os estudos. Obrigado, minha querida e saudosa mãe! Ao meu pai, que, com labuta e persistência, nos criou com dignidade. Obrigado, “Kelezinho”!

À minha esposa, obrigado pela cumplicidade. Aos meus filhos, Stéffane e Stevão, minha gratidão por me motivarem a me tornar um ser melhor todos os dias. Vocês são minha base de sustentação!

Aos amigos, amigas e colegas de curso, que, compartilhando conhecimentos e tendo atravessado uma pandemia comigo, tornaram os desafios da jornada menos difíceis. Vencemos, pessoal!

Ao meu primo e amigo Paulo Pinheiro, pelo companheirismo em incontáveis jornadas. Realizamos mais um projeto, cabra!

Aos professores e professoras, obrigado por compartilharem tantas experiências riquíssimas conosco. Vocês são minhas referências!

A Deus, dono do fôlego de vida que há em mim, por ter me presenteado com as pessoas que mencionei, e com tantas outras que cruzaram meu caminho. A Ele, toda honra e toda glória!

“A indolência da qual os indígenas foram acusados foi respondida pela insensibilidade da engenharia e arquitetura do período: moer ossos para construir igrejas!” (CALAZANS, 2016, p. 127).

## RESUMO

A exploração comercial dos sambaquis, que fez das conchas marinhas fossilizadas matéria-prima da cal virgem, desde o início da colonização firmou-se como uma das atividades econômicas que viabilizaram os projetos da arquitetura colonial, estando presente no processo de formação de diversos núcleos urbanos no Brasil. A presente pesquisa tem como proposta discutir um dos processos de ocupação humana da foz do rio Pirabas, na zona do Salgado paraense, ocorrido durante a segunda metade do século XIX, a partir da perspectiva da exploração dos sambaquis locais, registrados pelo cientista Domingos Soares Ferreira Penna. Com a mobilização de autores e autoras que discutem a história da arqueologia, bem como temas relacionados, como o processo de ocupação da Amazônia, além da análise de jornais do período, concluiu-se que a ressignificação que transformou os sambaquis - vestígios de um passado longínquo - em fontes de matéria-prima da indústria caieira, foi determinante para a formação do primeiro núcleo populacional de São João de Pirabas. Como desdobramento, a pesquisa constatou que os sambaquis são elementos intrínsecos dos processos de formação das populações da foz do rio Pirabas, em diferentes temporalidades.

**Palavras-chave:** São João de Pirabas; sambaqui; indústria caieira; engenharia colonial.

## ABSTRACT

The commercial exploitation of sambaquis (shell mounds), which turned fossilized marine shells into raw material for quicklime, established itself as a key economic activity that sustained colonial architectural projects since the beginning of colonization, playing a role in the formation of several urban centers across Brazil. This research proposes to discuss one of the processes of human occupation at the mouth of the Pirabas River, in the Salgado region of Pará, which occurred during the second half of the 19th century, through the perspective of the exploitation of local sambaquis recorded by the scientist Domingos Soares Ferreira Penna. By engaging with authors who discuss the history of archaeology and related themes - such as the occupation of the Amazon - and analyzing newspapers from the period, it was concluded that the resignification of sambaquis from vestiges of a distant past into raw material for the lime industry was a determining factor in the formation of the first population center of São João de Pirabas. Consequently, the research found that sambaquis are intrinsic elements of the formation processes of the populations at the mouth of the Pirabas River across different periods of time.

**Keywords:** São João de Pirabas; Shell Mound; lime industry; Colonial Engineering.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista aérea do Forte do Presépio, Belém, Pará. ....	13
Figura 2 – Sambaqui com as carapaças expostas, indicando processo de exploração. ....	17
Figura 3 – Fornos de cal (Four à chaux). ....	22
Figura 4 – Pintura do Largo das Mercês (1867) - atual Praça das Mercês. ....	25
Figura 5 – Pintura do Largo do Quartel - Atual Praça da Bandeira.....	25
Figura 6 - Vista aérea da Fortaleza de Macapá, s/d. ....	28
Figura 7 - Igreja de São Benedito, construída entre 1720 e 1760.....	33
Figura 8 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1876. ....	34
Figura 9 - Anúncio de venda de uma propriedade na povoação de São João. ....	35
Figura 10 - Jornal Folha do Norte, 03 de maio de 1897. ....	40
Mapa 1 – Hidrologia de São João de Pirabas. ....	9
Mapa 2 – Mapa da Amazônia com a localização dos 11 Fortes.....	27
Mapa 3 - Mapa do nordeste do Pará, com a localização aproximada dos sambaquis litorâneos e outros sítios. ....	37

## SUMÁRIO

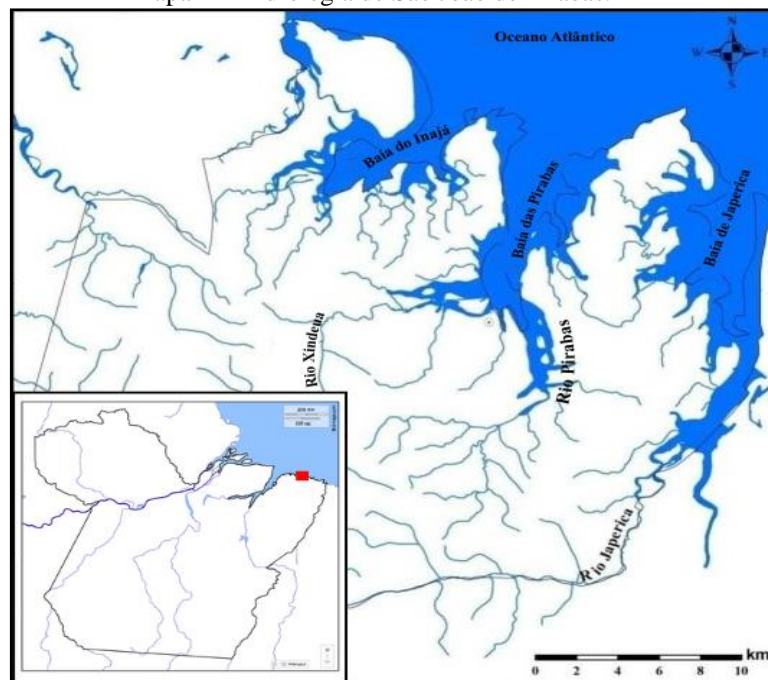
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>SAMBAQUI - CONCEITOS SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Especulações sobre a origem: Os sambaquis nos registros dos cronistas.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>Indústria caieira: os sambaquis e suas aplicações no Brasil Colonial e Imperial .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>DAS “MINAS” À ARQUITETURA COLONIAL AMAZÔNICA: OS SAMBAQUIS DE SÃO JOÃO DE PIRABAS, SEGUNDO FERREIRA PENNA (1876) .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>“Breve notícia” sobre Domingos Soares Ferreira Penna.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2</b>	<b>Ferreira Penna e sua expedição pelo Salgado paraense.....</b>	<b>30</b>
<b>3.3</b>	<b>Os sambaquis de São João de Pirabas no projeto construtivo colonial.....</b>	<b>32</b>
<b>3.4</b>	<b>O que a “breve notícia” revela sobre São João de Pirabas? .....</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX, quando os estudos arqueológicos assumem o status de ciência, campo do conhecimento por meio do qual se descortinaria o passado remoto das populações ancestrais brasileiras, as pesquisas sobre os sambaquis da Amazônia têm incidido, majoritariamente, na investigação dos vestígios, visando compreender os modos de vida, práticas alimentares e ritualística da cultura material dos diversos grupos humanos pré-coloniais (Schaan, 2009; Simões, 1981). Escavados, catalogados e descritos de forma pioneira pelo cientista Domingos Soares Ferreira Penna (Ferreira Penna, 1876), esses sambaquis amazônicos (no caso específico os da zona do Salgado paraense), chamados de “Minas de Sernamby” em razão de sua exploração comercial, também podem contribuir, a partir de uma abordagem socioeconômica, para a compreensão do processo de formação do núcleo populacional da atual cidade de São João de Pirabas, perspectiva essa ainda não explorada pela historiografia.

Localizada na zona costeira do Pará, no nordeste do estado (zona do Salgado), a Baía das Pirabas é formada pela junção da foz do Rio Xindeua (Axindeua) e a foz do Rio Pirabas (Mapa 1), e integra uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta, que soma aproximadamente 1.500 km de litoral Atlântico, indo da foz do rio Oiapoque, no Amapá, à baía de São Marcos, no Maranhão (Schaan, 2009).

Mapa 1 – Hidrologia de São João de Pirabas.



Fonte: Adaptado de ICMBio (2016).

Quanto ao processo de colonização da Baía das Pirabas, assim como toda a porção do litoral paraense, estima-se que tenha iniciado durante o século XVII. Conforme pontua Égler (1961), por situarem-se na rota de navegação marítima entre São Luís e Belém, vários locais ao longo da costa paraense serviam de ponto de parada, tendo em vista que tais viagens eram longas e cansativas, feitas em pequenas embarcações, que se viam “obrigadas a aportar com frequência a fim de procurar reabastecimento e abrigo”, resultando em vários “pequenos núcleos de povoamento”, como “Quatipuru, São João de Pirabas, Salinas, Maracanã, Marapanim, Curuçá, São Caetano de Odivelas, Vigia e Pinheiro” (Égler, 1961, p. 76).

Dava-se início ao domínio do território e das populações indígenas, pelos colonizadores, os novos “donos” das imediações da Baía das Pirabas. Essa era a configuração social que se observava na segunda metade do século XIX: as terras das Pirabas divididas em propriedades particulares (Ferreira Penna, 1876), mas que estavam prestes a ver o início de um novo núcleo populacional, objeto de análise deste trabalho.

Propõe-se, com a presente pesquisa, discutir a ocupação populacional na foz do rio Pirabas, no litoral amazônico, iniciada em 1874, oriunda do processo de colonização, e em função da exploração das conchas marinhas fossilizadas, que compunham os sambaquis locais. Além do fator ineditismo, a escolha do tema se deu pelo fato de que, no que tange à história de São João de Pirabas, persistem várias lacunas historiográficas. As informações sobre o tema são genéricas, sendo replicadas à exaustão pelas pesquisas acadêmicas<sup>1</sup>, e frequentemente compoem a seção “Histórico” dos estudos produzidos pelos órgãos governamentais sobre o município<sup>2</sup>, caracterizando-se pelos saltos temporais e pela ênfase nas datas que realçam os marcos políticos.

Assim, após reforçar o mito fundador<sup>3</sup> das primeiras famílias de colonizadores, dá-se a “explicação” da denominação do rio (Pirabas), associada a existência abundante do (mitológico) peixe de mesmo nome; em seguida, menciona-se aspectos da história política, com as datas em que o povoado passou a pertencer aos municípios de Salinas, Maracanã e Primavera, saltando para a data de sua emancipação política e administrativa, em 1988 (FAPESPA, 2025). De tão reproduzidas, essas vagas informações (que ocupam não mais que uma lauda) acabaram

---

<sup>1</sup> Ver em: DE SOUSA VERAS, Hermes. O santo e o encantado. *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 3, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/b4RWHJKp6ybPrrLssFkjn7q/?lang=pt>.

<sup>2</sup> Ver em: FAPESPA. Estatística Municipal - São João de Pirabas. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Sao-Joao-de-Pirabas.pdf>.

<sup>3</sup> Na história do Brasil, o mito fundador é a narrativa que atribui a “origem”, organização social, econômica e política à figura do colonizador, ignorando a pré-existência das populações locais. Ver em: SOUZA, Mériti. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: *Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. 2004.

por se tornar a “história oficial” do município, o que evidencia a dimensão dos desafios que se impõem aos historiadores e historiadoras que se arvorarem em pesquisar sobre a história de São João de Pirabas.

Isso posto, este estudo visa contribuir para o preenchimento dos vácuos da história do município em questão, ainda que em caráter introdutório, não ambicionando, portanto, elucidar as origens (tentação dos historiadores), mas estabelecer uma discussão que tem como elemento norteador a exploração das “minas de sernamby”, abundantes na zona litorânea do Pará, e que, no contexto da colonização amazônica, foram exploradas até à exaustão para a extração das conchas marinhas utilizadas no fabrico da cal, esta largamente usada como componente da argamassa, na construção dos edifícios coloniais (Prous, 1992; Calazans, 2016; Silveira; Schaan, 2005).

Neste sentido, o artigo/relatório de viagem de Domingos Soares Ferreira Penna, naturalista viajante do Museu Nacional, constitui a fonte primária que norteou a pesquisa. Assim, além da sua importância enquanto produção científica, por meio da qual catalogou-se, descreveu-se e analisou-se de forma pioneira os fósseis dos sambaquis do entorno da Baía das Pirabas, o artigo “Breve notícia dos sambaquis do Pará” trouxe à tona, ainda que de maneira secundária, elementos que possibilitaram a compreensão da configuração social e econômica da recém formada “povoação de São João”, núcleo populacional iniciado em 1874 (Ferreira Penna, 1876), que viria a se tornar a sede do município de São João de Pirabas em 1988, um pouco mais de um século depois.

A leitura dessa publicação científica de 1876, que compõe o Volume 1 da Revista “Archivos do Museu Nacional”, suscitou os questionamentos que motivaram a pesquisa, que também se utilizou do diálogo com as fontes iconográficas - essencialmente mapas e recortes de jornais do período pesquisado - para alcançar os seguintes objetivos: estabelecer a relação da exploração das colinas de conchas, com o processo de ocupação de São João de Pirabas, no último quarto do século XIX; relacionar a atividade conchífera local à indústria caieira de outras regiões do Brasil, que perpassou os períodos colonial e imperial, configurando uma atividade econômica rentável, enquanto fornecia matéria-prima para os projetos da engenharia lusitana no território; e, por fim, com base na bibliografia selecionada, definir os sambaquis locais como fato histórico intrínseco aos processos de ocupação humana na foz do rio Pirabas, em diferentes temporalidades.

A pesquisa sobre a exploração comercial dos sambaquis pressupõe a mobilização de conhecimentos outros, para além da arqueologia. Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos, recorreu-se à história da arqueologia no Brasil, (Prous, 1992; Calazans, 2016;

Barreto, 1999; Guimarães, 1988; Silveira; Schaan, 2005; Wagner, 2009), à história da arquitetura colonial, no que tange aos métodos da engenharia utilizadas pelos colonizadores na edificação de fortificações militares, casario e igrejas (Motta, 2010; Campos et al, 2007; Madre de Deus, 1920; Tavares, 2008; Costa, 2015), bem como à história da ocupação do território amazônico, no que se refere ao processo de formação dos núcleos coloniais, a partir dos quais se implementou o domínio territorial (Costa, 2015; Silva et al, 2006; Tavares, 2008).

Na seção “Sambaqui – conceitos sob uma perspectiva histórica”, discute-se o termo desde o seu aparecimento nos relatos descritivos dos “cronistas do descobrimento” (responsáveis por registrar aspectos relacionados à natureza e dos costumes das populações indígenas da nova colônia), passando pelos textos dos viajantes, que mencionaram os concheiros enquanto resquícios da incivilidade dos povos ancestrais do território (Madre de Deus, 1920; Cardim, 1925; Noronha, 1862).

Vale pontuar que nesses relatos, além da descrição dos diversos materiais que compunham esses montes presentes na paisagem, já constavam especulações acerca do processo de formação desses depósitos de fósseis, dividindo-se entre origem natural (resultado das transformações da natureza ao longo dos séculos) e origem antrópica, visão segundo a qual os sambaquis resultaram da intervenção dos grupos humanos nômades, que, em períodos sazonais, se deslocavam do interior do território para as regiões litorâneas, valendo-se dos recursos marinhos para a sobrevivência coletiva.

Constatou-se, também, que durante o século XIX, no contexto da institucionalização da arqueologia enquanto campo da ciência, essa dicotomia acerca do processo de formação dos sambaquis esteve no centro dos debates, cuja resolução culminou no conceito que se tornaria ponto pacífico no início do século XX – o de que os sambaquis são “uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos”, sendo de maior ocorrência nas áreas litorâneas, os “sambaquis marítimos”, geralmente localizados em áreas de baías e mangues (Prous, 1992, p. 204, 205).

Ainda nessa seção, abordou-se a utilização dos fósseis conchíferos, pelos colonizadores, no contexto da indústria caieira que se estabeleceu nas regiões litorâneas brasileiras, levando os sambaquis à exaustão, nos séculos seguintes. Constatou-se, por meio dos vários autores e autoras pesquisados, que a exploração dos sambaquis no território da nova colônia remonta ao século XVI, nas circunstâncias da construção de Salvador, desencadeando uma busca cada vez mais intensa pelos montes de conchas, à medida que se multiplicavam os núcleos coloniais, que abrigariam a estrutura administrativa (colonos e ordens religiosas) da nova sociedade colonial (Motta, 2010; Calazans, 2016).

Constatou-se que, no território amazônico, o uso dessa técnica nas construções pelos portugueses iniciou durante a fundação de Belém, com a edificação do Forte do Presépio ou Forte do Castelo, em 1616 (Figura 1).

Figura 1 – Vista aérea do Forte do Presépio, Belém, Pará.



Fonte: Costa (2015).

A versão atual da edificação, observada na imagem, em muito difere daquela erguida inicialmente em taipa de pilão<sup>4</sup>, que passou pelas primeiras reformas em 1759 e em 1773. Essa foi a primeira de tantas fortificações militares que foram erigidas ao longo dos rios da região, visando combater a penetração de outros invasores europeus no território, principalmente ingleses e holandeses (Costa, 2015).

A partir deste ponto, conforme os núcleos coloniais foram se multiplicando na região, maior se fazia a necessidade de materiais para servir aos projetos construtivos. Sabe-se, por exemplo, que os sambaquis da zona litorânea paraense (zona do Salgado) foram explorados durante séculos, para fornecer matéria-prima aos núcleos urbanos de Bragança e Belém (Ferreira Penna, 1876). É no contexto dessa economia caieira que, durante a segunda metade do século XIX, se deu início ao núcleo populacional da atual cidade de São João de Pirabas, a ser discutido ao longo da seção que dá nome a esta pesquisa, “Das ‘minas’ à arquitetura colonial amazônica: os sambaquis de São João de Pirabas, segundo Ferreira Penna (1876)”.

---

<sup>4</sup> A taipa é qualquer sistema em que os panos contínuos são executados diretamente no local, em que a terra não sofreu nenhum beneficiamento anterior. A taipa de pilão é conseguida comprimindo a terra dentro de formas de madeira. Ver em: CORONA & LEMOS. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Edart. 1972.

## 2 SAMBAQUI - CONCEITOS SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Ao longo dos séculos convencionou-se chamar de “sambaqui” as colinas ou montes artificiais, formados por materiais fossilificados, como carapaças de moluscos, crustáceos, ossos de animais e humanos, além de artefatos diversos, resultantes das intervenções de diferentes grupos humanos ao longo de vários séculos. A etimologia do vocábulo, de acordo com André Prous (Prous, 1992, p. 204), tem origem Tupi (*tamba'ki*), termos que significam literalmente “monte de conchas”, e, portanto, usados para definir genericamente qualquer elevação que contivesse fósseis de moluscos, sem levar em conta se essas formações tinham origem natural ou artificial, bem como outras complexidades. Isso posto, para efeito de compreensão, e, considerando as pretensões deste trabalho, cabe colocar o termo numa perspectiva histórica.

Os conceitos de sambaqui transitaram, no Brasil, entre o senso comum e o científico, tendo como marco transicional para o que se conhece na contemporaneidade, a sistematização e institucionalização da arqueologia enquanto ciência, no século XIX. Marília Oliveira Calazans (Calazans, 2016), investigando os sambaquis a partir dos estudos arqueológicos, afirma que até o século XIX as nomenclaturas variavam de região para região. A autora pontua que

Além das ostras e concheiros, a documentação que reunimos para este trabalho, produzida por intelectuais do século XIX indica a ocorrência de denominações como berbigueiros, no litoral paulista, sambaquis ou sambagués no litoral catarinense, minas de sernamby no Pará. (Calazans, 2016, p. 69).

Essas diferentes alcunhas, catalogadas pelos intelectuais no século XIX, estavam assentadas no senso comum e se davam conforme o predomínio de determinados fósseis que, por sua vez, recebiam nomenclaturas diferentes em cada região (ostreiras, concheiros, berbigueiros, casqueiros). No caso do Pará, o termo “minas de sernamby” estava relacionado ao uso que se fazia dos sambaquis no período colonial. Segundo Calazans (2016, p. 03), “mina” aqui tem conotação de “fonte de conchas a partir da queima das quais se obteria cal para construção de edifícios coloniais, para pavimentação de rodovias, entre outros”.

O conceito de sambaqui começaria a migrar para uma perspectiva científico-europeia no final do século XVIII e início do século XIX (e, portanto, antes mesmo da instalação da Corte Portuguesa do Brasil), com as expedições que, conforme discute a autora Cristiana

Barreto (Barreto, 1999, p. 35), tiveram início com a chegada de naturalistas<sup>5</sup> estrangeiros para pesquisar a fauna e a flora amazônica, a fim de desenvolver “projetos não mais regidos pela curiosidade renascentista da era das descobertas, mas pela especulação científica iluminista do estudo da natureza de forma racional”.

A autora ressalta que esse período foi marcado por “especulações imaginosas”, de pensamento essencialmente arraigado no criacionismo cristão europeu. Foi nesse momento (1799-1803) que Alexandre von Humboldt elaborou a teoria de que os indígenas ancestrais brasileiros compunham um estágio final de uma “civilização decadente”, cujas etapas anteriores abrangiam os “fenícios, hebreus, chineses, japoneses e mongóis, até a de outros povos fictícios como os atlantes” (Barreto, 1999, p. 36). Influenciado por von Humboldt, von Martius<sup>6</sup>, que definiu suas pesquisas sobre a origem dos grupos indígenas brasileiros como uma “teoria de involução cultural indígena”, segundo a qual os grupos indígenas do século XIX eram parte da fase decadente de uma antiga civilização que foi tão grandiosa quanto a Azteca ou a Inca.

Essa teoria ganharia força com a criação de Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e o Museu Nacional, em 1838, que teriam como objetivo a busca pela criação de uma identidade nacional única, a partir de um passado glorioso para a nação brasileira, no pré-colonial, tal qual nos outros países da América do Sul, que tiveram nos grandes impérios pré-colombianos a identidade digna de admiração ante a europeia. Assim, no bojo da institucionalização das ciências, instituía-se a Arqueologia, por meio da qual seriam empreendidas as pesquisas científicas sobre os sambaquis, como meio de investigação das populações nativas do passado. Conforme pontua Barreto (1999, p. 35), as expedições, agora subsidiadas por D. Pedro II, intensificaram-se por todo o território nacional em um contexto em que as ciências teriam a incumbência de criar e projetar para o mundo essa identidade nacional<sup>7</sup>.

Conforme discute Guimarães (1988), tais objetivos ficariam latentes no artigo “Como se deve escrever a História do Brasil”<sup>8</sup>, de von Martius, que propôs uma história de um passado nacional, de uma identidade comum a todos os brasileiros, tendo como marco a implantação do

---

<sup>5</sup> O termo naturalista refere-se ao indivíduo estudioso das ciências naturais - notadamente botânica, zoologia e geologia. Ver em: BARRETO, C. (1999). A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da Arqueologia no Brasil. Revista USP, (44), 32-51.

<sup>6</sup> Carl Friedrich Philipp von Martius, médico, botânico, antropólogo tido como um dos mais importantes pesquisadores alemães que estudaram o Brasil, especialmente a região da Amazônia, de cujas expedições resultaram as obras *Reise in Brasilien*, que contém desenhos, estampas e mapas revelando informações interessantes do Brasil, e *Flora Brasiliensis*, que teve objetivo de documentar e sistematizar todas as espécies de plantas brasileiras estudadas e também sua utilização medicinal, comercial e econômica.

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988).

<sup>8</sup> MARTIUS, C. F. von - Como se deve escrever a História do Brasil, publicado com O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.

Estado Brasileiro, a Independência do Brasil, que chegaria ao desenvolvimento por meio do aperfeiçoamento das três raças – indígenas, negros e brancos. Nessa “hierarquização racial”, o indígena degenerado carece da luz do progresso; o negro, como obstáculo ao progresso, ambas “raças inferiores” subjugadas pelo branco europeu, portador da “civilização”. Partindo dessa perspectiva, os conhecimentos arqueológicos, linguísticos e etnográficos seriam usados para acessar uma “cultura estranha – a dos indígenas existentes no território” (Guimarães, 1988, p. 11).

Inicia-se, então, as discussões acerca da etnia indígena que representaria o símbolo da nacionalidade brasileira. Conforme discute Linhares (2015), junto com o IHGB o Museu Nacional, criado em 1838 e estruturado a partir de 1870, ficou responsável pela construção do “mito nascente da nação brasileira”, elegendo os tupi-guarani, receptíveis ao processo de colonização, como uma etnia superior, em detrimento dos “tapuias” (falantes de línguas não tupi), tidos como selvagens, “incivilizados”.

Viu-se, assim, na cultural material no índio marajoara ancestral, analisada pelos cientistas como “bela”, “complicada” e com “capricho”, os traços da “civilidade” necessária. Diante da não confirmação de que eram falantes do tupi, pelo menos os Marajoara “eram considerados índios sedentários e produtores de ‘belos’ objetos”, (Linhares, 2015, p. 146).

Dessa forma, as louças marajoaras, de beleza comparada às joias europeias, eram evidências de uma cultura ancestral “civilizada”, e, portanto, digna de representar a cultura indígena da nação brasileira. Ou seja, os sambaquis amazônicos, portadores dos vestígios da cultura material dos Marajoara, e acessados pelos cientistas, estavam inseridos nos projetos políticos do Império.

No que tange ao debate sobre a formação dos sambaquis, nos anos finais do século XIX as concepções científicas convergiam para uma definição mais elaborada, tendo como vieses a complexidade e nível de organização social dos indígenas ancestrais. Mas, o ponto pacífico para a questão viria em 1938, a partir do trabalho “Concheiros naturais e sambaquis”, em que o geólogo Othon H. Leonards propõe a diferenciação conceitual entre as formações naturais e aquelas resultantes da ação humana. Dessa forma, “chamar-se-iam de concheiros as aglomerações naturais de conchas, ao passo que sambaqui seria reservado aos sítios arqueológicos”, ou seja, os montesossilíferos artificiais (Calazans, 2016, p. 125).

A partir de então, e mais ainda com o advento da tecnologia do Carbono 14, nos anos 1950, em que os métodos de pesquisa se tornaram ainda mais sofisticados, a ideia de sambaqui natural caiu em desuso, dando lugar ao conceito que se conhece na atualidade. André Prous (1992), cuja obra discute os diferentes momentos da arqueologia no Brasil, define as colinas de

sambaquis como “uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos” sendo de maior ocorrência nas áreas litorâneas, os “sambaquis marítimos”, geralmente localizados em áreas de baías e mangues (Prous, 1992, p. 204, 205).

Calazans (2016) confirma que os montes artificiais, para além do acúmulo de moluscos, são formados por uma grande variedade de fósseis, restos faunísticos, incluindo

[...] restos faunísticos característicos na região litorânea (mariscos, berbigões, conchas e ossos de aves e de pequenos mamíferos) que, acumulados ao longo de milhares de anos, formaram enormes monumentos que serviram de acampamentos ou cemitérios [...] (Calazans, 2016, p. 16).

A perspectiva apresentada pela autora leva em conta a pluralidade fossilífera e artefatos encontrados nos sítios arqueológicos de sambaquis, resultantes da ação de vários grupos humanos, ao longo de milhares de anos, e não da intervenção de apenas um grupo social, dentro de uma temporalidade específica.

Os sambaquis comumente apresentam características geográficas com elevação de terreno e suave declive, daí as designações “monte de sambaqui”, “colina de sambaqui”, visualmente semelhantes às elevações naturais. Tais características são perceptíveis na Figura 2, um típico exemplo de sambaqui de área litorânea, composto de sedimentos e carapaças de moluscos.

Figura 2 – Sambaqui com as carapaças expostas, indicando processo de exploração.



Fonte: Wagner (2009).

O sambaqui em destaque encontra-se parcialmente descoberto, com as carapaças dos moluscos visivelmente expostas, o que, segundo Gustavo Peretti Wagner (Wagner, 2009, p. 50) são características dos sítios arqueológicos que em algum momento estiveram sob o processo de extração para fins econômicos.

Em termos gerais, quanto mais heterogênea for sua composição e mais camadas geológicas contiverem, mais vestígios as colinas de sambaquis fornecerão aos pesquisadores, e, conseqüentemente, mais robustos serão os resultados das pesquisas, haja vista que a diversidade de materiais fósseis são indicativos da complexidade de organização social das populações ameríndias. Neste sentido, os sambaquis brasileiros são um importante instrumento para a compreensão das sociedades indígenas que viveram durante o período pré-colonial, com datações que variam entre quatro mil a dois mil anos AP (antes do presente), embora haja registro de datações ainda mais antigas, de nove mil anos AP, anteriores aos povos ceramistas de quem os indígenas da contemporaneidade são descendentes (Calazans, 2016, p.17).

## 2.1 Especulações sobre a origem: Os sambaquis nos registros dos cronistas

Como bem pontua Cristiana Barreto (Barreto, 1999, p. 35), durante os séculos que antecedem a institucionalização da Arqueologia no Brasil, os registros sobre os vestígios das antigas populações indígenas resumiam-se aos relatos dos “cronistas do descobrimento”, em um primeiro momento, e, ao longo do período colonial, aos “relatos monçoeiros, bandeirantes e sertanistas, além das crônicas eclesiásticas”, geralmente para fins de registro dos objetos exóticos, enquanto resquícios dos povos primitivos. Nos escritos pesquisados, os relatos sobre os sambaquis buscam identificar: a) o local de sua ocorrência, b) como os sambaquis se formaram na paisagem, e c) sua utilidade no contexto do projeto colonial.

Embora de rara ocorrência e de maneira furtiva, os “cronistas do descobrimento”<sup>9</sup> fizeram alusão aos sambaquis, não só descrevendo seu processo de exploração, mas também buscando fornecer explicações para sua origem. O padre jesuíta Fernão Cardim (Cardim, 1925), em seu “Tratados da terra e gente do Brasil”, datado do final do século XVI<sup>10</sup>, ao relatar sobre as ostras como item da dieta ameríndia, discorre acerca da origem das “serras de cascas”.

Os índios naturais antigamente vinhão ao mar às ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas, e os miolos levãõ de moquem para comerem entre anno; sobre estas serras pelo discurso do tempo se fizeram grandes arvoredos muito espessos, e altos [...] (Cardim, 1925, p. 92,93).

---

<sup>9</sup> Os historiadores Antonio Carlos Olivieri e Marco Antonio Villa assim classificam os autores cujos escritos, produzidos durante o século XVI, descrevem a nova colônia. Ver em: OLIVIERI, Antônio Carlos; VILLA, Marco Antônio. Os Cronistas do Descobrimento. São Paulo: Ática, 1999.

<sup>10</sup> Os conhecidos textos quinhentistas do padre jesuíta português Fernão Cardim, produzidos entre 1583 e 1601 durante sua primeira estadia no Brasil, foram reunidos e publicados em português brasileiro apenas em 1925, sob o título *Tratados da terra e gente do Brasil*. Ver em: Biblioteca Brasileira Guita and José Mindlin. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/en/Selection-BBM-digital/fern%C3%A3o-cardim-1540-1625>.

Vê-se, aqui, que no século XVI já se especulava sobre a origem antrópica dos sambaquis, bem como tinha-se a noção sobre a mobilidade sazonal das populações indígenas entre o interior e o litoral, e seus hábitos de armazenamento de alimento. O teor do tratado evidencia que o religioso tinha familiaridade com a visão que contrapunha a explicação da origem natural dos sambaquis, adotada por outros cronistas do período.

Essa divergência entre pontos de vista fica evidente nos escritos do Vigário geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, que em seu “Roteiro da viagem da cidade do Pará, até as últimas colônias do Sertão da Província”<sup>11</sup>, escrito datado de 1768, identificou a atividade caieira na então vila Viçosa (atual Cametá), assim como ao longo dos rios Canaticú (Ilha do Marajó), Maracanã e Marapanim, opinando sobre a origem dos sambaquis.

“As ditas minas [da villa Viçosa] provão demonstrativamente, que esta Peninsula foi em tempo antigo inundada das agoas do mar, que ao depois se retirou, por se elevar aquelle sitio sobre o nivel, que antes tinha; ou porque outros sitios, donde se recolherão as aguas, baixarão do nivel da Peninsula, por causa de alguma alteração [...] (Noronha, 1862, p. 9).

Como se vê, o religioso atribui a existência dos montes de conchas marinhas às inundações que foram seguidas do recuo do mar, não fazendo qualquer menção à possíveis intervenções humanas no processo de formação dos sambaquis.

Outro cronista que se arvorou em especular sobre a origem dos sambaquis foi o Frei Gaspar da Madre de Deus, que, ao escrever suas memórias sobre a Capitania de São Vicente no século XVIII, dedicou algumas linhas para “explicar” o processo de formação antrópica dos sambaquis, que compreende resultar da intervenção de grupos sedentários, assim como das populações nômades.

Índios particulares em todo o tempo, e povos inteiros em certos mezes, vinhão mariscar na costa: escolhião entre os Mangaes algum lugar enxuto, aonde se arranchavão, e d’alli sahião como enxames de abelhas a extralhir do lodo os testaceos maritimos. É indizível a immensidade que colhião de ostras, berbigões, amejoas, sururús de varias castas, e outros mariscos; [...]. Com os taes mariscos se sustentavão em quanto durava a pescaria, o resto seccavão, e assim beneficiado conduzião para suas Aldêas, onde lhes servia de alimento por algum tempo. As conchas lançavão á uma parte do lugar onde estavão congregados, e com ellas formárão montões tão grandes, que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados. (Madre de Deus, 1920, p. 120, 121)<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Embora a escrita seja datada de 1768, a fonte foi referenciada com o ano de sua publicação, ou seja, 1862 (Noronha, 1862).

<sup>12</sup> A publicação de 1920 corresponde à 3ª Edição. “Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brazil” foi publicada originalmente em 1797.

Tal qual Cardim, Frei Madre de Deus comungava da ideia de mobilidade dos povos dos sambaquis, como migrantes do interior para a região litorânea, em períodos sazonais, de acordo com a disponibilidade de alimento; atribui aos ancestrais brasileiros, de forma implícita, o conhecimento da sazonalidade da natureza (a dinâmica das estações). Outros elementos apontados pelo religioso são o trabalho coordenado na captura dos mariscos para a alimentação do grupo, assim como o domínio do método de secagem e armazenamento dos alimentos que sobejavam durante o período de pesca, visando a sobrevivência coletiva em outros períodos do ano. Tem-se aqui, portanto, a ideia de que os indígenas ancestrais constituíam grupos humanos dotados de organização social, ideia esta que se consolidaria em estudos posteriores (Prous, 1992).

Madre de Deus também contradiz os autores que diziam ser de origem “mineral” (natural) os sambaquis “de que se faz a cal em várias partes da América”, e afirma que, ao contrário, essas “ostreiras” resultavam desses montões de conchas que petrificaram sob a ação do tempo (Madre de Deus, 1920, p. 121).

Outro aspecto identificado pelo cronista em suas memórias sobre os sambaquis é que estes eram constituídos de conchas, além de outros materiais, como machado, pedaços de panelas, assim como de “ossos de defuntos, pois que se algum índio morria ao tempo da pescaria, servia de cemitério a Ostreira, na qual depositava o cadáver, e depois o cobria de conchas” (Madre de Deus, 1920, p. 122).

Pontua-se que posteriormente, no contexto dos debates científicos durante a segunda metade do século XIX, a ocorrência de diversos artefatos, assim como a concepção dos sambaquis como “cemitérios indígenas” tiveram especial atenção. Como se vê, tais concepções também foram ancoradas, em certa medida, nas formulações dos cronistas dos séculos anteriores, que, a despeito de serem vistos como relatos pitorescos e especulativos, lançaram as bases para aquilo que viria se consolidar como pensamento científico acerca dos sambaquis.

## **2.2 Indústria caieira: os sambaquis e suas aplicações no Brasil Colonial e Imperial**

Os portugueses constituíram, na América colonial, uma nova relação com os sambaquis, cujos materiais calcáriosossilíferos seriam extraídos para a produção da cal, esta intensivamente utilizada para fins construtivos, de maneiras que essa matéria-prima e os monumentos coloniais eram indissociáveis, desde os primórdios da colonização. Segundo Sylvio Motta (2010), que em seu trabalho também investiga os materiais e os métodos empregados nas construções do período colonial, as técnicas portuguesas mobilizavam

tecnologias de construção, como alvenaria de pedra, alvenaria de tijolos, construção com adobe, taipa de pilão, dentre outras.

O autor acrescenta que tais técnicas incluíam o “uso de argamassas fluidas (cal, cimento, resinas, produtos especiais etc.), injetadas para consolidar a alvenaria e resolver problemas de fendilhação e degradações”, colocando a cal como parte indispensável do processo construtivo (Motta, 2010, p. 91); descreve, ainda, as diferentes etapas em que a cal conchífera era utilizada.

As camadas de regularização e proteção eram constituídas por argamassas de cal e areia, eventualmente com adições minerais e aditivos orgânicos. Normalmente, as camadas internas tinham granulometria mais grosseira que as externas. Consequentemente, a superfície específica ia aumentando também das camadas internas para as externas. Com isso, a capacidade de deformar sem causar danos maiores e a porosidade iam aumentando das camadas internas para as externas, promovendo assim um bom comportamento às deformações estruturais e à água, já que com o aumento da porosidade a liberação de água é facilitada. Cada uma das camadas principais referidas podia, por sua vez, ser constituída por várias subcamadas. (Motta, 2010, p. 92).

Observa-se aqui, que a utilização da argamassa à base de cal e aditivos se faz presente tanto no processo de fixação das pedras/tijolos/adobe, quanto nas etapas de acabamento, como aplicação de chapiscos e rebocos, o que sugere a necessidade de grande demanda desse material, e, conseqüentemente, ajuda a entender a ostensiva exploração dos sambaquis, em várias partes do território.

O processo de utilização da cal nas edificações coloniais começava com a extração de sua matéria-prima, das conchas calcárias, que eram encontradas abundantemente nas colinas de conchas, ou sambaquis, geralmente com uso de mão de obra escravizada (Calazans, 2016). O Conde De La Hure<sup>13</sup>, durante suas expedições arqueológicas pelo litoral do império nos anos 1860, presenciou e descreveu o processo de extração e beneficiamento da cal:

No momento da minha visita, escravos trabalhavam na extração de conchas, seu trabalho começou a desenterrar, na minha presença, todo um esqueleto humano, na posição dobrada que apresentam todos os esqueletos provenientes de corpos enterrados. [...] As conchas extraídas do concheiro são trazidas para o mar, ou são submetidas à lavagem durante a se extrai e se joga à água todos os corpos estranhos que se ali se encontram, muitos machados, facas, restos de cerâmica, ossos, etc (De La Hure, 1865 apud Calazans, 2016, p. 11).

---

<sup>13</sup> Embora se tenha escassas informações biográficas sobre o misterioso conde francês, sabe-se que este tinha ligação com assuntos diplomáticos, enquanto ministro do interior da França. Em sua carta-relatório, datada de 16/08/1864, na qual detalha sua pesquisa arqueológica às autoridades imperiais, Hure demonstra possuir formação especializada, uma vez que utilizava terminologias arqueológicas extremamente técnicas e atualizadas para descrever e analisar os sambaquis brasileiros, mostrando estar à frente do seu tempo, superando as limitações dos intelectuais cariocas (LANGER, 2001).

No trecho em destaque, o conde arqueólogo registra uma experiência que também fora vivenciada por outros pesquisadores no século XIX: o compartilhamento do espaço, durante a visita aos sambaquis, com os exploradores das conchas. Aqui De La Hure descreve com detalhes as diferentes etapas da atividade, a começar com o trabalho de desenterramento das conchas, que logo após eram levadas para o mar, iniciando o processo de limpeza, separando-as dos “corpos estranhos”, como “machados, facas, restos de cerâmica, ossos”.

Após essa etapa, as conchas eram carregadas até o forno, para a queima e transformação em cal virgem. Maria Campos e equipe (Campos *et al*, 2007), cujo trabalho investiga o uso da cal conchífera em monumentos coloniais do Espírito Santo, descreve bem essa fase do processo, destacando que

As ostras eram catadas, lavadas e jogadas em um grande forno. Uma camada de lenha, uma camada de ostras. Cada dupla de camadas era separada por chapas de ferro perfuradas para garantir a oxigenação e a queima. Após três dias ao fogo, as ostras queimadas eram retiradas ainda quentes, e com carrinhos de mão, jogadas sobre um piso liso. Sobre elas era lançada grande quantidade de água. No resfriamento elas eram quebradas com pás, e depois peneiradas. Estava pronta a cal. Em sacas era levada por canoas para o porto de Vitória (Campos *et al*, 2007, p. 7).

Tem-se aqui a sintetização das técnicas empregadas na fabricação da cal, com a descrição da forma de organização das conchas e da lenha no forno, assim como o processo da queima e resfriamento, seguidos da trituração e peneiramento, resultando na cal, que seria transportada até os projetos construtivos.

Essa indústria das conchas também foi retratada em uma gravura oitocentista (Figura 3). A atividade econômica caieira não passou despercebida dos pincéis do pintor francês Jean-Baptiste Debret, que retratou uma propriedade cujo dono explorava a fabricação calcária.

Figura 3 – Fornos de cal (Four à chaux).



Fonte: Jean-Baptiste Debret (1835 apud Calazans, 2016).

A cena ilustra bem a atividade caieira, em suas diferentes etapas. Ao centro, o complexo construtivo, o que parece ser a sede da propriedade, de frente para a baía, onde observa-se três escravizados trabalhando (possivelmente) na lavagem das conchas, separando-as dos “corpos estranhos”; no primeiro plano, vê-se os montes de conchas, já limpas e prontas para a queima, enquanto que à esquerda, quatro escravizados trabalham no carregamento e preparação da lenha, que será usada durante a queima das conchas; já à direita ao fundo, o forno em plena atividade, queimando e transformando matéria-prima em produto, que será transportado nas embarcações, ancoradas na baía.

As pesquisas aqui mobilizadas dão conta de que o cenário observado na gravura ocorria desde os primórdios da colonização, no século XVI. De acordo com Maria Campos e equipe (Campos *et al*, 2007, p. 4), o uso da cal conchífera na construção, no Brasil, teve início por volta de 1549, com a chegada de Thomé de Souza, primeiro governador-geral, que, no âmbito do Regimento<sup>14</sup>, recebera da Coroa a instrução para que edificasse uma “fortaleza de pedra e cal”, o que indica que a cal já fazia parte dos métodos de edificação da engenharia lusitana.

Ressalta-se que o primeiro governador construiu não apenas uma fortaleza, como também a cidade de Salvador, que seria a sede do Estado do Brasil, e, conforme enfatiza Campos e equipe,

Para a construção das casas da nova capital, cria-se a primeira mineração no Brasil para fabricação de cal virgem a partir de calcário conchífero (calcário constituído de peças ou fragmentos de conchas, corais e ostras), que reveste o fundo da Baía de Todos os Santos. A cal seria utilizada na argamassa e na caiação das construções (Campos *et al*, 2007, p.4).

Como destaca o texto, tem-se aqui o início da indústria caieira na nova colônia, onde a demanda de cal para atender aos projetos construtivos só cresceria, uma vez que seu uso não se limitaria à edificação dos fortes, mas também nas edificações religiosas dos jesuítas, que chegaram à nova colônia junto com o primeiro governador-geral. Assim, na medida em que a Companhia de Jesus se estabelecia para cumprir sua dupla missão (catequização dos indígenas e consolidação do processo de colonização nos núcleos urbanos), crescia a necessidade de se construir os complexos formados por moradias, escolas e igrejas, “para servir de sede às

---

<sup>14</sup> Documento emitido pela Coroa portuguesa, detalhando as funções dos governadores durante o Governo Geral, instaurado a partir de 1549, em substituição ao Tratado de Tordesilhas. Ver em: CAMPOS, Maria Aparecida Nogueira et al. A utilização da cal conchífera em monumentos históricos no Espírito Santo. 2. In: Congresso Nacional de Argamassas de Construção, Lisboa. 2007.

incursões ao interior do Estado, na busca de comunidades indígenas para os futuros aldeamentos<sup>15</sup> (Campos *et al*, 2007, p. 7).

Referindo-se ao processo de urbanização de Salvador, o padre jesuíta português Fernão Cardim (Cardim, 1925) menciona a busca empreendida pelos portugueses aos sambaquis, dos quais se valeram para a construção dos edifícios coloniais.

[...] os portugueses descobrirão algumas [serras de cascas], e cada dia se vão achando outras de novo, e destas cascas fazem cal, e de hum só monte se fez parte do Collegio da Bahia, os paços do Governador, e outros muitos edifícios, e ainda não he exgotado: a cal he muito alva, boa para guarnecer, e caiar, se está á chuva faz preta, e para vedar água em tanques não he tão segura, mas para o mais tão bôa como a de pedra em Espanha. (Cardim, 1925, p. 92,93).

Cardim registra o ostensivo uso da cal nas edificações coloniais, e, em razão da boa qualidade do material para “guarnecer” (proteção resistente) e “caiar” (técnica de pintar com uma mistura de cal), sublinha que houve um gradativo aumento na busca pela matéria-prima, nas “serras de cascas”, de ocorrência abundante nas regiões litorâneas da nova colônia.

Frei Gaspar da Madre de Deus, durante o século XVIII, constatou a massiva utilização da cal nos projetos construtivos, afirmando que “d’estas conchas dos mariscos que comerão os indios, se tem feito toda a cal dos edificios d’esta Capitania desde o tempo da fundação até agora, e tarde se acabárão as *Ostreiras de Santos, S. Vicente, Conceição, Igiape, Canayiêa*, etc” (Madre de Deus, 1920, p. 122). O cronista, portanto, dá conta de que a indústria caieira atravessara todo o período colonial, durante o qual os vestígios das populações ancestrais estiveram à mercê dos projetos construtivos dos colonizadores.

Na Amazônia, conforme pontua Tavares (2008), cujo trabalho fornece uma visão panorâmica sobre o processo de formação do espaço paraense, a ocupação militar e sua “política de fortificações”, a “introdução de companhias religiosas com o objetivo de pacificar os indígenas”, assim como a criação de unidades administrativas, foram etapas importantes para consolidar o domínio do território pelos portugueses (Tavares, 2008, p. 61, 62). Logo, a fundação de núcleos populacionais como São Luís do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665), se constituíam em centros de apossamento do território, onde foram aplicados os métodos construtivos com características arquitetônicas lusitanas, para os quais demandou-se grande quantidade de cal.

---

<sup>15</sup> O aldeamento indígena é a realização do projeto colonial de ocupação do território, de reserva de mão de obra e de “aculturação” dos indígenas, implementado pelos jesuítas (Campos *et al*, 2007).

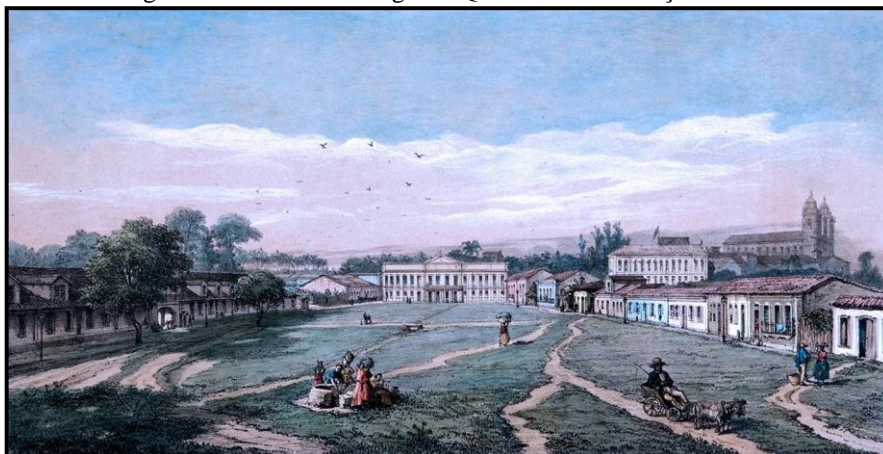
A paisagem da cidade de Belém da segunda metade do século XIX, por exemplo, retrata essa influência da arquitetura europeia. É o que fica latente nas obras do pintor italiano Joseph Léon Righini (Figura 4 e Figura 5), cujos edifícios coloniais se destacam na paisagem urbana.

Figura 4 – Pintura do Largo das Mercês (1867) - atual Praça das Mercês.



Fonte: Centro de Memória da Amazônia – UFPA.

Figura 5 – Pintura do Largo do Quartel - Atual Praça da Bandeira.



Fonte: Centro de Memória da Amazônia – UFPA.

Nas obras em destaque, publicadas em 1867, Belém exibe seu casario, igrejas e prédios públicos em estilo europeu, evidenciando, por um lado, sua forte influência arquitetônica, enquanto por outro, indica o quão intenso fora a mobilização de recursos da região para atender aos métodos de urbanização dos colonizadores, incluindo, aí, a exploração dos sambaquis para fins construtivos.

Na Amazônia do século XVIII também se constatou a intensa movimentação em torno da extração e comercialização da cal, para atender às demandas da arquitetura colonial da região. O padre Dr. José Monteiro de Noronha (Noronha, 1862), ao tratar do aspecto econômico da vila de Viçosa (Cامتá), observa que “entre a villa Viçosa, e o canal do Limoeiro se achão dilatadas minas de Bribigões, e conchas marinhas, a que dão o nome de sarnambi, de que se faz

considerável quantidade de cal, que é outro ramo do commercio d'aquella villa” (Noronha, 1768, p. 8, 9). Tem-se, portanto, a constatação da extração em larga escala do material conchífero para fins econômicos, constando como uma importante atividade comercial local. Nesse contexto, as “dilatadas minas de Bribigões” evidenciam a extensão e pujança da exploração comercial dos “sernambis” amazônicos naquele período.

As várias ocorrências de sambaquis e sua extensa exploração foi constatada cerca de um século depois, na região de Óbidos e Santarém. O naturalista canadense Charles Frederick Hartt (Hartt, 1885), em expedição ao Baixo Amazonas a serviço do Museu Nacional, pesquisou o sambaqui de Taperinha, constatando também, a partir de relatos de moradores locais, a existência de outros sambaquis fluviais na região, dos quais também se servia a indústria caieira.

O Sr. Rhome me informou que existem outros sambaquis na vizinhança de Santarém, sendo um delles situado nas margens do Maicá ou Uaiá, cerca de 15 milhas a oeste do engenho. Consta também que existem em uma ou mais localidades, mais a oeste, na lagoa de Villa Franca, e o Sr. Derby foi informado pelo Dr. Mattos, em Óbidos, que ha um grande sambaqui n'uma ilha fronteira áquella cidade, chamada Itandyua, e que a cal empregada na construcção do forte de Óbidos provinha de um sambaqui situado no logar chamado Mondongo, no lado Occidental do rio Trombetas (Hartt, 1885, p. 6).

O texto em destaque dá conta da variedade de jazidas de sambaqui no Baixo Amazonas, registrando sua utilidade para os edifícios coloniais. O autor também pontua que, para além das diversas formas de edificações, a cal conchífera servira à edificação do forte de Óbidos, uma dentre muitas fortificações de arquitetura militar erguidas em locais estratégicos, na foz ou ao longo dos rios amazônicos, para abrigar armas e soldados, com a função de defender o território de ataques inimigos.

De acordo com Graciete Costa (Costa, 2015), na Amazônia tais estruturas foram erguidas em pontos estratégicos de rios, assim como em regiões fronteiriças, para atender à política de controle territorial da Coroa Portuguesa, contra as ameaças de outros invasores europeus, como espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, que, assim como os portugueses, “subiam e desciam os rios distanciando-se léguas do litoral” em busca dos produtos nativos da região amazônica - as drogas do sertão<sup>16</sup>. A autora concentrou sua pesquisa em torno das fortificações erigidas pelos portugueses no território amazônico (Mapa 2).

---

<sup>16</sup> Produtos nativos da região amazônica, conhecidos como especiarias, entre eles: cacau, cravo, urucum, salsaparrilha, canela, puxuri, baunilha, anil e óleos vegetais como andiroba e copaíba. A coleta e o comércio desses produtos foram a base da economia mercantilista, no início da ocupação amazônica pelos europeus (COSTA, 2015).

Mapa 2 – Mapa da Amazônia com a localização dos 11 Fortes.



Fonte: Exército Brasileiro, CMA, 2013 (apud Costa, 2015, p. 16).

Conforme se vê na ilustração, a ocupação territorial amazônica ocorreu de forma a priorizar o controle da bacia do rio Amazonas, a partir da implementação de núcleos populacionais, que mais tarde se tornariam em cidades ribeirinhas fortificadas, atuando na defesa dos canais de penetração estrangeira no território.

No que tange aos métodos construtivos, Costa (2025) pontua que “as primeiras fortificações construídas pelos portugueses na Amazônia eram precárias”, predominando a taipa e taipa de pilão, técnicas que incluem vedações de estacas de madeira ou paliçadas de pau-a-pique (Costa, 2015, p. 19). Exemplo desse método foi a construção do forte de Óbidos, que, como visto, demandou grande quantidade de cal, sendo erguido em 1685 sob o nome “Forte Santo Antônio dos Pauxis”, e cuja “edificação utilizou material local, sendo seu processo a taipa de pilão” (Ibid., p. 46, 47).

Mais tarde, algumas dessas edificações passariam por reformas que as tornariam mais resistentes, a exemplo do Forte de Santo Antônio de Gurupá, edificado em 1623 na Ilha do Marajó, e em cuja reforma “tinha pedra, cal e muralhas alçadas sobre a terra firme em que foi edificada em 1695” (Ibid., p.33).

Outras, no entanto, em função da fácil disponibilidade de matéria-prima nas proximidades, foram erguidas em pedra e cal, técnica tida como preferencial por sua durabilidade. Destas, a Fortaleza de São José de Macapá, de 1764 (Figura 6), localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, na antiga Província dos Tucujus, e que hoje integra a paisagem da Capital do Amapá, destaca-se como a maior fortaleza da Amazônia.

Figura 6 – Vista aérea da Fortaleza de Macapá, s/d.



Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá (*Apud* Costa, 2015, p. 90).

Classificada como uma “obra de monumental importância do ponto de vista da arquitetura militar da Amazônia”, a fortaleza, por razões óbvias, foi a que mais demandou mobilização de mão-de-obra e materiais de construção. Conforme pontua a autora, “para construir projeto de tal magnitude utilizaram mão-de-obra indígena e de escravos negros”, 346 no total, que “trabalharam como carpinteiros, pedreiros e remeiros das canoas, que transportavam cal e pedras para a maior fortaleza da Amazônia” (Costa, 2015, p. 88).

Conforme demonstrado, durante os períodos colonial e imperial, a exploração dos sítios arqueológicos brasileiros se consolidou como uma atividade econômica, a indústria caieira. Esta, enquanto fornecia o material calcário para a engenharia civil, militar e religiosa, garantia lucros aos colonos, proprietários dos sambaquis, os quais se valeram da mão de obra escravizada de indígenas e negros (De La Hure, 1865 *apud* Calazans, 2016; Jean-Baptiste Debret, 1835 *apud* Calazans, 2016; Costa, 2015). Como visto, para viabilizar o processo construtivo, os escravizados eram submetidos a uma rotina extenuante de trabalho, seja na fabricação da cal, seja na instrumentalização dos métodos construtivos. A exemplo das demais atividades econômicas que demandavam trabalho braçal, a indústria caieira, em grande parte, foi viabilizada pelos braços desses indivíduos, literalmente.

### **3 DAS “MINAS” À ARQUITETURA COLONIAL AMAZÔNICA: OS SAMBAQUIS DE SÃO JOÃO DE PIRABAS, SEGUNDO FERREIRA PENNA (1876)**

Como visto, desde o início da colonização do território amazônico, no século XVII, os portugueses adotaram como métodos de ocupação e domínio a fundação de unidades administrativas em pontos estratégicos, visando viabilizar a implementação da política de

“domesticação” das populações indígenas, e de proteção do território das ameaças de invasões (Costa, 2015). A exemplo do que ocorreu em outras partes da colônia, na Amazônia também se recorreu aos sambaquis para suprir da cal a engenharia colonial. Essas “minas de sernamby” amazônicas, localizadas nas regiões do Baixo Amazonas e seus sambaquis fluviais, assim como na Ilha do Marajó e zona do Salgado com seus sambaquis litorâneos, foram objeto de estudo do naturalista Domingos S. Ferreira Penna (Ferreira Penna, 1876).

### **3.1 “Breve notícia” sobre Domingos Soares Ferreira Penna**

Os sambaquis de São João de Pirabas tornaram-se conhecido a partir do artigo de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), cientista cujos estudos colocaram a Amazônia no centro das discussões arqueológicas durante a segunda metade do século XIX, sendo apontado por pesquisadores da época como o mais proeminente pesquisador da Amazônia, quanto aos estudos etnográficos, geográficos e arqueológicos daquele período.

Ferreira Penna destacou-se por sua aplicação autodidata às pesquisas, alcançando relevância no cenário nacional e obtendo o respeito no meio científico, que o tinha como referência na Amazônia. Segundo Nelson Sanjad (Sanjad, 2011), tal relevância solidificou-se a partir de sua atuação política como Secretário de Governo, nomeado em 1858, e posteriormente, em 1871, como o primeiro diretor do Museu Paraense, do qual foi o principal articulador político e pesquisador de campo, tendo feito parte das expedições Morgan em 1870-1871, que atestaram a “confirmação de que a ilha do Pacoval, no Marajó, era de fato um cemitério indígena, com grande quantidade de material cerâmico”, pesquisas estas que ganharam repercussão nacional e internacional, em virtude da parceria entre Ferreira Penna e o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto (Sanjad, 2011, p. 139).

Essas constantes colaborações no âmbito das pesquisas arqueológicas, assim como a relação de amizade, foram decisivas para que Ladislau Netto contratasse Ferreira Penna para o recém-criado cargo de naturalista-viajante do Museu Nacional, em 1872, logo após sua demissão do Museu Paraense, mantendo-o no quadro de colaboradores da instituição imperial até 1884. Sanjad (2011, p. 146) afirma que “Ferreira Penna foi um dos maiores coletores de vestígios arqueológicos na Amazônia do século XIX”, e como tal enviou grandes remessas de materiais à instituição imperial, as principais no período de 1876 a 1882.

Na corrida empreendida pelos cientistas aos vestígios arqueológicos de que trata o texto, Ferreira Penna mostrou-se um ávido coletor, cujas descrições e análises, publicadas na revista *Archivos do Museu Nacional*, evidenciam seu profundo conhecimento sobre o tema, sendo

referenciado por vários de seus pares. Em um período de intenso debate científico sobre a origem das “civilizações” antigas brasileiras, ele não hesitava em contrapor seus pares, mesmo os renomados e experientes pesquisadores estrangeiros, a exemplo do geólogo americano Charles Hartt e o biólogo naturalista austríaco Carl Wiener, com os quais mantinha estreito laço de parceria no âmbito das várias expedições pela Amazônia (Sanjad, 2011).

Dessas expedições, aliás, resultaram vários artigos, publicados em periódicos de Belém, como o *Jornal Diário de Belém* e o *jornal Diário do Gram Pará*, na *Revista Amazônica*, além da revista *Archivo do Museu Nacional*, onde publicou quatro artigos, dentre os quais “Breve notícia sobre os sambaquis do Pará” (1876), que constitui fonte documental imprescindível para este trabalho.

### **3.2 Ferreira Penna e sua expedição pelo Salgado paraense**

Durante as pesquisas do Projeto Salgado<sup>17</sup>, Mário F. Simões (1981) e equipe investigaram os vestígios dos pescadores-coletores ceramistas do Salgado paraense, região que compreende a “área banhada por águas salgadas ou salobras que se estende da baía de Marajó à foz do rio Gurupi, [...] compreende o litoral nordeste do Pará” (Simões, 1981, p. 77, 78). O pesquisador atribui a Ferreira Penna “a primeira notícia publicada sobre a localização, forma, dimensões e conteúdo dos sambaquis do Salgado” (Ibid., 1981, p. 6). O autor refere-se ao artigo “Breve notícia sobre os sambaquis do Pará”, publicado em 1876 na Revista “*Archivo do Museu Nacional*”, no qual o naturalista fornece uma “breve noticia das localidades, do estado a que se acham reduzido, os Sambaquis, dos objectos que nelles tem sido encontrados” (Ferreira Penna, 1876, p. 86).

Nessa importante fonte primária, vê-se que na expedição realizada a serviço do Museu Nacional, Domingos S. Ferreira Penna, acompanhado do Dr. Orville A. Derby, aportou na então vila de Salinas, onde pretendia catalogar os sambaquis locais, sobre os quais recebera “informações pouco exatas”. Entretanto, ao ser informado sobre a existência de sambaquis ao longo dos rios que avizinham Salinas, o cientista, para não ter a expedição por perdida, visitou as “minas de sernamby” situadas ao longo das bahias do rio Arapipó (Arapijó), rio Pirabas e rio Japerica, onde constatou seu avançado nível de exploração pela indústria caieira. No decorrer de sua pesquisa, que contou com a colaboração de moradores locais, identificou a existência de sete “minas de sernamby”, sendo elas: a “Mina do Apicuns”, “Mina do Tijolo”, “Mina de S.

---

<sup>17</sup> Projeto de pesquisa realizado nos sítios arqueológicos do litoral paraense (zona do Salgado), de 1968 a 1971, que, por meio de escavações, conseguiu, dentre outros resultados obtidos com a tecnologia do C14, datar os assentamentos dos grupos sambaquieiros e não sambaquieiros ao longo do litoral paraense (Simões, 1981).

João”, “Mina do Vianna”, “Mina da Corôa-Nova”, “Mina Nova” e “Mina do Capitão Clarindo” (Ferreira Penna, 1876, p. 87-90).

Ao catalogar esses sambaquis localizados entre as baías de Salinas e Japerica, território que hoje compreende o município de São João de Pirabas, Ferreira Penna os categorizou como: sambaquis extintos (exauridos pela extração das conchas para o fabrico da cal); e os sambaquis não extintos, por ainda estarem em processo de exploração pelos “carregadores de sernamby” ou “exportadores de conchas”. Entre os sambaquis extintos constavam: a “Mina do Apicuns”, definida como “completamente exausto e ha já muito tempo foi abandonado pelos exportadores de conchas”; a “Mina do Tijolo”, que se achava “completamente extinto este antigo Sambaqui”, assim como a “Mina de São João”, descrita como “um Sambaqui extinto”, em torno do qual formara-se, há dois anos, a simplória povoação de São João, que naquele momento era “composta de uma capelinha e 12 casas, em grande parte dispersas e algumas fora da área do Sambaqui” (Ferreira Penna, 1876, p. 88).

Por outro lado, os sambaquis não extintos evidenciavam que naquele momento a extração sistemática das conchas ainda era uma atividade lucrativa. Das sete “minas” identificadas, quatro ainda estavam em processo de retirada e beneficiamento das conchas, sendo elas: “Mina do Vianna”, que “ocupa na colina um espaço que não medi, mas que se pode calcular seguramente em 800 metros quadrados. Tem sido muito trabalhado e explorado”; a “Mina da Corôa-Nova”, situada em área “de domínio público, e como tal tem sido e continua ainda a ser explorada, e arrasada pelos carregadores de sernamby”; a “Mina Nova”, “de domínio público, e a mais pobre e a menos interessante de todas as Minas de Sernamby que tem sido exploradas”, e a “Mina do Capitão Clarindo”, localizada em “propriedade particular do Capitão Clarindo Pinheiro, que tem ali casa e um bom forno onde prepara a cal de que se supre a Cidade de Bragança” (Ferreira Penna, 1876, p. 89, 90).

Ferreira Penna trouxe grande contribuição à arqueologia, ao realizar, de forma pioneira nos sambaquis amazônicos, uma pesquisa sistemática, fornecendo a “localização, forma, dimensão e conteúdo dos sambaquis do Salgado”, com a adoção de técnicas que incluíam a escavação e coleta de diversos materiais, lançando, assim, as bases para a compreensão dos hábitos dos grupos humanos do período pré-colonial (Simões, 1981).

Além disso, o relatório de viagem de Ferreira Penna apresenta formulações que ajudaram a elucidar os costumes das populações sambaquieiras, ao contrapor equívocos de outros pesquisadores. Isso porque os estudos arqueológicos no Brasil ainda discutiam a formação dos montes de conchas, se surgiram de forma natural ou artificial. O renomado geólogo franco-austríaco, Charles Wiener, por exemplo, ao pesquisar os sítios arqueológicos

do Santa Catarina em 1875, deparando-se com fragmentos de ossos humanos, concluíra, erroneamente, que os grupos sambaquieiros eram canibais, descrevendo-os como “um povo que só via no seu semelhante um objeto de alimentação” (Ferreira Penna, 1876, p. 93, 94).

Contrapondo-se a tal visão, Ferreira Penna, tendo constatado a ocorrência de ossos humanos intactos nos sambaquis, propôs que na Amazônia os povos ancestrais “não comiam carne humana como quem come mariscos e peixes, nem mesmo para satisfazerem a fome, e seguramente nenhum deles jamais viu no seu semelhante um simples objeto de alimentação” (Idid., p. 95), algo que posteriormente a historiografia confirmaria.

### 3.3 Os sambaquis de São João de Pirabas no projeto construtivo colonial

Como já demonstrado neste trabalho, os métodos de edificação utilizados pelos portugueses durante o período colonial incluíam o uso da cal, extraída a partir das conchas que formavam os sambaquis, geralmente das regiões próximas aos projetos construtivos. Como se observa no artigo de Ferreira Penna (1876), os sambaquis da região da povoação de São João não fugiam a essa lógica. Como bem delimitou o cientista, a produção caieira destinava-se à “exportação”<sup>18</sup>, para suprir as demandas dos núcleos urbanos da região, especificamente as cidades de Bragança e Belém, cujas fundações remontam à primeira metade do século XVII<sup>19</sup>.

Ferreira Penna estimou que a exploração dos sambaquis iniciara, na zona do Salgado paraense, cerca de dois séculos antes (durante o século XVII), razão pela qual estavam em processo avançado de extinção durante sua expedição, “reduzidos a pequenas e, às vezes, mesquinhas proporções” (Ferreira Penna, 1876, p. 86). Apesar disso, percebe-se que a extração das conchas marinhas ainda ocorria de forma perceptível, merecendo a atenção do cientista, segundo o qual os “exportadores de conchas” escoavam sua produção, garantindo a manutenção e lucratividade daquela atividade econômica.

Um exemplo dessa produção ocorria na “Mina do Capitão Clarindo”, uma “propriedade particular do Capitão Clarindo Pinheiro, que tem ali casa e um bom forno onde prepara a cal de que se supre a Cidade de Bragança” (Ferreira Penna, 1876, p. 90), sendo esse o sambaqui menos destruído e com várias camadas intactas, das quais o cientista extraiu fragmentos de ossos humanos e restos de louças. Quanto ao seu uso na produção caieira, a existência do “bom forno

---

<sup>18</sup> O termo “exportação” é aqui empregado pelo autor para enfatizar que a produção das conchas marinhas era destinada para fora das cercanias da baía das Pirabas, embora ainda no território da Província do Grão-Pará (Ferreira Penna, 1876).

<sup>19</sup> Enquanto que Belém foi fundada em 1616, “Bragança foi a quarta vila criada no território paraense(...)”, fundada com núcleo urbano em 1627. Ver em: TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Acta Geográfica*, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2008).

onde se prepara a cal” evidencia que o proprietário do sambaqui contava com uma estrutura que lhe possibilitava comercializar o produto (a cal), ao invés da matéria-prima (as conchas), tendo como destino a então recém-criada cidade de Bragança, distante de São João de Pirabas 53 Km em linha reta, muito embora se saiba que o transporte à época era feito via embarcações, contornando a costa atlântica e adentrando o Rio Caeté.

A destinação do material calcário à Bragança - fundada pelos portugueses na primeira metade do século XVII - explica-se por seu processo de ocupação, tida como estratégica para o aldeamento das populações nativas, às margens do Rio Caeté. De acordo com Dário Benedito da Silva e equipe (Silva et al, 2006, p. 16, 17), Bragança, elevada à condição de cidade em 1854, à época era um importante núcleo urbano que, “graças à sua posição geográficas privilegiadas entre Belém e São Luiz, ganhou importância política e econômica”, caracterizando-se arquitetonicamente por seus “casarões revestidos de azulejos importados, com aspectos nitidamente lusitanos, obviamente instalados nas áreas urbanas privilegiadas, fortalecendo o caráter de camada (ou classe) superior da sociedade”.

O casario de estilo colonial, descrito pelo autor, é um indicativo de que Bragança recorreu aos sambaquis da região por um longo período. As Igrejas de São Benedito (Figura 7) e de Nossa Senhora do Rosário (Figura 8) são exemplares da engenharia lusitana que resistem ao tempo, compondo a paisagem urbana hodierna.

Figura 7 – Igreja de São Benedito, construída entre 1720 e 1760.



Fonte: Inventário da Oferta Turística do Município de Bragança - PA (2018).

Figura 8 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1876.



Fonte: Inventário da Oferta Turística do Município de Bragança - PA (2018).

Os edifícios aqui exemplificados, ambos construídos por indígenas e negros escravizados sob a supervisão dos jesuítas, são significativos para compreender a consolidação do processo de cristianização das populações nativas. Nesse processo, repetem-se os métodos de construção e a massiva mobilização dos materiais disponíveis na natureza, sendo um desses as “minas de sernamby” da região do rio Pirabas.

Outra cidade que fazia uso ostensivo das conchas marinhas da região em estudo, à época, era a capital da Província, Belém, como se observa em uma das notas de rodapé do artigo de Ferreira Penna, na qual descreve um significativo fluxo de embarcações carregadoras de “sernamby”.

Contei 8 barcos nos rios Pirabas e Juapirica, ocupados em carregar Sernamby, e fui informado de que mais 4 tinham partido carregados para a capital. O maior desses barcos, tem capacidade para 600 alqueires<sup>20</sup> de Sernamby e o menor não carrega mais de 60. O Sernamby posto na fabrica é pago a 500 rs. por alqueire e cada barco, tiradas as despesas, deixa ao dono o lucro liquido de 10 a 30\$000, em cada viagem, não entrando na conta os Juros do capital empregado e a despeza de reparos e de conservação do navio (Ferreira Penna, 1876, p. 93).

Embora os objetivos da pesquisa de campo de Ferreira Penna estivessem concentrados em identificar, descrever e analisar os diversos materiais fósseis encontrados nos sambaquis, o artigo pontua, a título de curiosidade, sobre o cenário da atividade comercial das conchas. A atenção do pesquisador voltou-se momentaneamente ao fluxo das embarcações marítimas, meio

<sup>20</sup> Unidade de medida de volume e capacidade portuguesa. Por exemplo, “o alqueire de milho, com densidade de 0,8333, corresponderia a 30,225 quilos, pois um alqueire representava 36,27 litros”. Ver: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas para grãos utilizados no período colonial e as dificuldades para sua conversão ao sistema métrico. Boletim de História Demográfica, n. 21, 2001.

de transporte utilizado para escoar a produção conchífera da região, mencionando os doze barcos transportadores de conchas, e prospectando sobre suas capacidades de carga, bem como enfatizando a lucratividade dos comerciantes desses materiais. Tais dados fornecem elementos para se compreender que a produção caieira local, para fins comerciais, ainda gozava de certa pujança durante a segunda metade do século XIX, contrastando, em certa medida, com o cenário de decadência descrito pelo pesquisador.

Apesar dessa aparente contradição, a nota demonstra que, a despeito de estar em processo de franco declínio, a atividade caieira ainda gerava lucros, dispondo de uma cadeia estruturada, que contava com os “carregadores de sernamby” (possivelmente constituídos de escravizados e de indivíduos livres, que tinham na atividade o meio de vida), assim como os “exportadores de conchas” (possivelmente os proprietários dos sambaquis), que se utilizavam das embarcações para escoar a produção (Ferreira Penna, 1876).

Assim sendo, se o fluxo de barcos, o volume das cargas observadas, bem como os lucros descritos pelo excursionista refletiam o quadro daquele corte temporal em que os sambaquis se resumiam a “mesquinhas proporções”, é de se imaginar quão intenso fora o fluxo das embarcações, e lucrativo fora a indústria caieira, durante seu período áureo, nos séculos anteriores.

O fato é que, mesmo com as jazidas quase exauridas, a exploração dos sambaquis da região de Pirabas seguiria nos anos posteriores à excursão de Ferreira Penna, como se vê no anúncio do jornal Diário de Notícias, de 13 de outubro de 1885 (Figura 9).

Figura 9 – Anúncio de venda de uma propriedade na povoação de São João.

**Diário de Notícias.**  
 Propriedade de J. Campbell  
 ANNO VI Terça-feira, 13 de Outubro de 1885 N.º 11.221

**Maravilhas da electricidade**  
**A MULHER ELECTRICA**  
**ESTUPENDO INVENTO**  
**SUCCESSO MARAVILHOSO**

**Bom negocio**  
 Vende-se ou arrenda-se uma caieira em Pirabas, junto ás minas de sernamby, beira mar, com ponte para embarque e desembarque, forno para cozer 2,500 paneiros de cal, com escadas de pedra e cal, para facilitar o serviço, sendo o forno solidamente construido e atracados de gigantes de pedra; poço de agua potavel junto, forno, tanques, encanação de agua, grandes telheiros, casa para moradia, propria para familia, terreno todo cercado e podendo comportar até 20 bois, logar aprazivel, saudavel, bons banhos salgados e dentro do terreno um olho d'agua doce, e praias de areias.  
 O motivo da venda ou arrendamento é o dono ter de retirar-se  
 A' tratar com Joaquim Barahuna de Mattos, na caieira Castello Branco.

Fonte: Jornal Diário de Notícias, 13 de outubro de 1885.

O anúncio “bom negócio” trata da venda de uma propriedade composta de casa de moradia, um vasto terreno com vocação para criação de gado, contendo também uma caieira “junto às minas de sernamby”. A exemplo da propriedade do Capitão Clarindo Pinheiro, tem-se aqui um empreendimento estruturado com um forno para queima de conchas para fins de fabricação da cal. Chama a atenção a localização estratégica da caieira, à “beira-mar, com ponte para embarque e desembarque”, assim como a capacidade de produção do forno, de nível industrial (2.500 paneiros de cal), indicando ser esse um empreendimento com produção voltada para exportação.

A atividade caieira também foi identificada no início do século XX, na região em estudo. Como bem menciona Simões (1981, p. 6), em 1900 os pesquisadores Kratz-Kloschlau & Huber visitaram os sambaquis de Pirabas, ocasião em que confirmaram a existência dos sete sambaquis pesquisados por Ferreira Penna, além de um outro localizado na atual Ilha da Fortaleza, o qual, àquela altura, ainda se achava em processo de exploração.

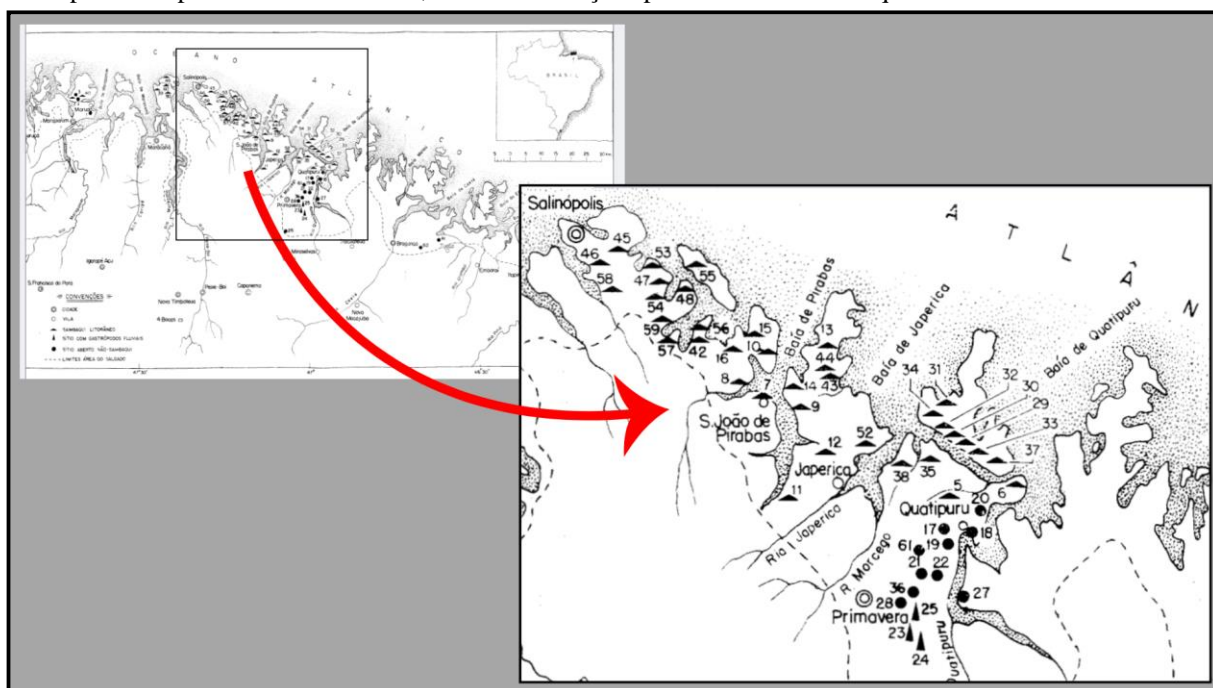
A importância dos sambaquis de São João de Pirabas para os projetos construtivos no nordeste paraense foi observada pelo geólogo americano, Dr. John M. Clarke, no artigo “A Estrutura Geológica da Região do Baixo Amazonas”, publicado no Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, de 1933. Ao fazer sucinta alusão às colinas de conchas do Baixo Amazonas e do litoral paraense, o pesquisador destacou a excelente qualidade das conchas oriundas de São João de Pirabas, que chegaram naqueles dias ao mercado da capital paraense.

Das collinas conchyíferas da zona litorânea, as do Salgado, - região entre Salinas e Bragança, - especialmente as de São João de Pirabas, são utilizadas para produção calcárea. Ao mercado de Belém do Pará, durante a minha permanência nesta cidade, chegaram valvas calcáreas chamadas Cal de sernamby de excelente qualidade. [...] A cal de sernamby é apreciada como excelente cal branca e, em consequência da exploração industrial, as collinas da região de Pirabas vão desaparecendo uma após outra (Clarke, 1933, p.71).

Como se vê no trecho destacado, o cientista presenciou, em Belém, a comercialização das “valvas calcáreas chamadas de Cal de sernamby” provenientes de São João de Pirabas, consideradas de excelente qualidade, demonstrando que àquela altura, a indústria caieira ainda estava em atividade na região do Salgado. O texto evidencia, também, o quão longo foi o ciclo de exploração das “minas” da zona do Salgado, já que perpassara o século XIX, chegando à terceira década do século XX, apesar do contínuo processo de extinção.

Embora o geólogo destaque as colinas conchíferas de São João de Pirabas, não deixa de sublinhar que a produção calcária provinha da zona do Salgado, e, numa dimensão mais ampla, da região nordeste do Estado, abrangendo as jazidas de Pinheiro (atual Icoaraci) e Cintra (atual Maracanã), de onde anteriormente se extraía “cal de semelhante natureza” (Clarke, 1933, p.71). Ressalta-se que o quantitativo dos sambaquis litorâneos do Pará, assim como sua localização aproximada, foram objetos de estudo no âmbito do Projeto Salgado, cujas pesquisas identificaram 43 sítios arqueológicos e 16 sítios não-sambaquis (Mapa 3).

Mapa 3 – Mapa do nordeste do Pará, com a localização aproximada dos sambaquis litorâneos e outros sítios.



Fonte: Adaptado de Simões (1981).

É possível visualizar, no mapa, que dos 43 sambaquis catalogados (representados pelas figuras triangulares), 41 estão distribuídos entre a baía de Maracanã e a baía de Quatipuru, dos quais 19 estão situados no atual território do município de São João de Pirabas, “sempre às margens dos rios, furos, interiores de baías e ilhas, cercados total ou parcialmente por manguezais e apicuns” (Simões, 1981, p. 12). A descoberta dessa variedade de sítios arqueológicos ao longo da zona do Salgado, para além das contribuições arqueológicas, em muito subsidia na compreensão da extensão da indústria caieira na região, já que evidencia que a quantidade de sambaquis em muito excede aqueles sete catalogados por Ferreira Penna, em 1876.

Cabe ressaltar que, com a cessação do uso da cal como argamassa nos projetos construtivos, o material calcário passou a ter outras utilidades. Segundo Simões (1981, p. 2), os

poucos sambaquis que restaram no século XX forneciam matéria-prima para as caieiras e fábricas de fertilizantes, o que em certa medida explica a continuação da exploração do refugio das jazidas conchíferas da região do rio Pirabas.

Neste sentido, com base nos elementos aqui expostos, pode-se afirmar que a zona do Salgado paraense, especialmente a região que atualmente compreende o território de São João de Pirabas, teve, em suas “Minas de sernamby”, a matéria-prima que viabilizou a indústria caieira na região. A exploração da cal contava com uma cadeia produtiva, que permitia diversificar a “exportação”, ora como matéria-prima, ora em forma de cal. De acordo com a estimativa feita por Ferreira Penna (1876), a extração e comercialização da cal da região remonta ao início da colonização amazônica, no início do século XVII, perpassando os séculos XVIII, XIX e início do século XX, período esse em que se tornou referência pela excelente qualidade do material calcário.

### **3.4 O que a “breve notícia” revela sobre São João de Pirabas?**

Diante da escassez de fontes escritas que auxiliem na elucidação da história de São João de Pirabas, a pesquisa de campo de Ferreira Penna acabou por se tornar, ainda que despretensiosamente, em um importante documento para se vislumbrar aspectos geográficos, sociais e econômicos do território sobre no qual está assentado o município de São João de Pirabas.

Do ponto de vista da ocupação geográfica, o artigo fornece elementos que ajudam na compreensão dos processos de ocupação da região em diferentes temporalidades. Embora o cientista não dispusesse de tecnologia para datar os materiais pesquisados, sabe-se, hoje, que a ocupação da zona litorânea paraense, que abriga uma das maiores extensões contínuas de manguezais do planeta, teve início com as populações sedentárias entre 6000 e 5000 anos AP (Silveira; Schaan, 2005; Simões, 1981). Assim, ao escavar esses vestígios, o pesquisador começava a descortinar a história dos donos originais das terras em torno daquele que outros grupos indígenas, seus descendentes, viriam chamar de rio Pirabas.

Com a chegada dos colonizadores, os vestígios dessas populações, agora misturados à passagem, e, muitos deles, situados no interior das propriedades coloniais, foram ressignificados, passando a ser explorados para fins econômicos. Ferreira Penna (1876) sublinha que as propriedades particulares eram referenciadas com a alcunha de seus donos, a exemplo da “Mina do Vianna”, que “pertence a um particular que tem ali perto uma casa”, e a “Mina do Capitão Clarindo”, que “tem ali casa” (Ferreira Penna, 1876, p. 89, 90). Ou seja, com

a colonização, e a tomada das terras das populações indígenas, deu-se início a uma reconfiguração social, na qual passaram a predominar as propriedades particulares, regidas pela política de ocupação instituída pela Coroa Portuguesa – o sistema sesmarial<sup>21</sup> - que moldou as relações dos colonizadores (também) com essa parte da colônia.

Mas, essa reconfiguração social começaria a ser redefinida ao longo da segunda metade do século XIX. Durante sua estadia na foz do rio Pirabas, Ferreira Penna presenciou o início de uma nova dinâmica social, que redesenharia a ocupação geográfica daquelas mediações, que passariam a ter, para além das propriedades particulares, seu primeiro núcleo populacional, a “povoação de São João”, constituída àquela altura (dois anos após seu início ocorrido em 1874), de 12 espaçadas casas e uma capela (Ferreira Penna, 1876, p. 88).

Aqui dois fatores merecem atenção, sendo o primeiro a localização da ocupação. O cientista relata que um dos sambaquis extintos, a “Mina de São João”, dera lugar às novas habitações, curiosamente no mesmo local em que, há milhares de anos, outros grupos humanos se estabeleceram e acumularam os resíduos da alimentação, as carapaças de moluscos e crustáceos e restos faunísticos, dos quais formaram-se os sambaquis.

Assim, ao destacar que “sobre ele [o sambaqui extinto] e a custa dele se elevou, há 2 anos, a pequena povoação de S. João”, o cientista demarcava que a recém-criada povoação passara a existir em função da exploração daquele sambaqui. Ou seja, São João de Pirabas, enquanto núcleo populacional, possui “passados” relacionados aos sambaquis em temporalidades distintas: primeiramente, um passado remoto ligado aos grupos sambaquieiros, responsáveis pelo acúmulo de restos faunísticos que resultaram nos montes de conchas (Simões, 1981); depois, um passado mais recente, durante a colonização, associado às “minas de sernamby”, assim definidas em razão da exploração comercial desses vestígios deixados pelos primeiros habitantes do território.

Outro fator digno de nota é a denominação dada à povoação. “São João”, nome de santo católico, denota a influência da religião imposta pelos colonizadores. Nota-se que a nomenclatura não inclui “Pirabas”, termo indígena que dá nome ao rio que referenciava a região (Ferreira Penna, 1876, p. 87). A escolha do nome da povoação nesses moldes pode ter ocorrido como reflexo da política instituída no âmbito do Diretório dos Índios<sup>22</sup>, que estabeleceu a

---

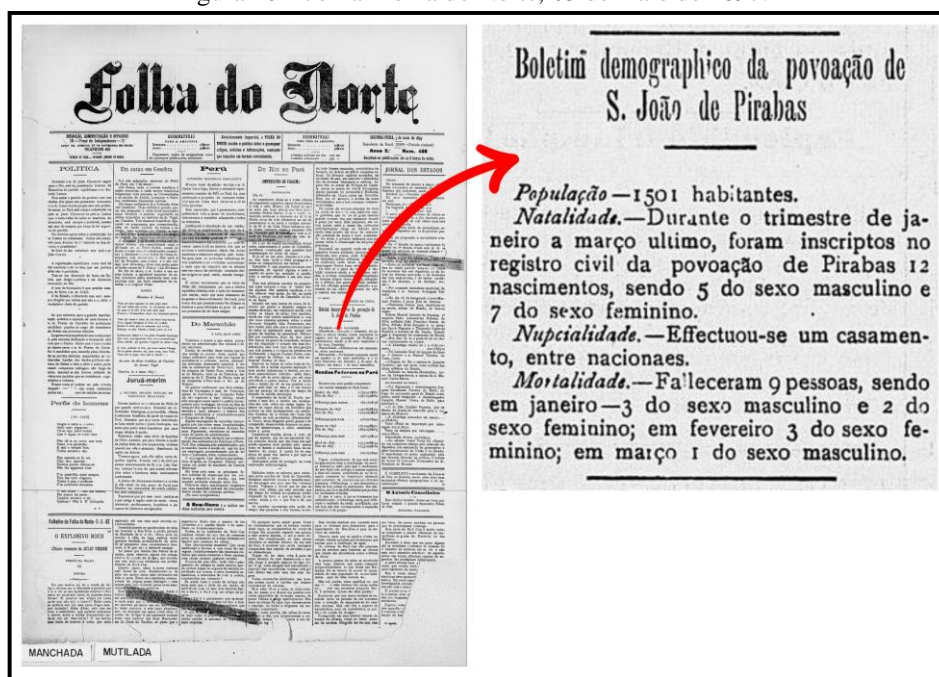
<sup>21</sup> A política de sesmarias foi o sistema de concessão de terras realizada em nome do rei, que garantia ao beneficiário o domínio útil da terra, condicionado ao fundamento do cultivo que, se não observado, acarretaria a anulação da doação que voltava ao domínio real e poderia ser concedida, novamente, em sesmaria a um terceiro sesmeiro. Ver em: COVOLAN, Fernanda Cristina; GONZALEZ, EVERALDO TADEU QUILICI. Sistema sesmarial no Brasil. 8ª Mostra Acadêmica UNIMEP, v. 26, 2010.

<sup>22</sup> Legislação instituída a partir de 1757, pelo Marquês de Pombal, que reestruturou a política indigenista colonial. Sob o pretexto de integrar os indígenas à sociedade colonial, transformando-os em “súditos da Coroa”, essa

obrigatoriedade da nomeação das vilas com nomes portugueses, suprimindo as referências de origem indígena<sup>23</sup>.

No caso da povoação de São João, percebe-se que a referência ao rio não demoraria a ser integrada a sua denominação, aparecendo pela primeira vez em ato oficial, na Lei nº 939, de 06 de agosto de 1879, de criação da escola elementar de instrução primária para o sexo masculino, na povoação de São João de Pirabas. A partir daí, as publicações passaram a utilizar a denominação completa, a exemplo do anúncio do boletim demográfico (Figura 10).

Figura 10 – Jornal Folha do Norte, 03 de maio de 1897.



Fonte: Adaptado de Hemeroteca Digital – BNDigital.

Como se vê no recorte acima, a nota do periódico “Folha do Norte” reproduzia o nome “São João de Pirabas”, tal qual se conhece nos dias atuais. Ainda sobre a publicação, percebe-se que o boletim demográfico em destaque trata do quantitativo populacional de São João de Pirabas, dados estes que remetem à “breve notícia”, de Ferreira Penna (1876). Conforme visto anteriormente, o cientista identificou a existência de 12 casas, o que permite deduzir que a

política impôs aos nativos a aculturação forçada, com: proibição do uso das línguas nativas, tornando o português a única língua oficial; proibição de costumes tradicionais, vestimentas, cerimoniais religiosas, vistas como “bárbaras”; transformação dos aldeamentos indígenas em vilas com nomes portugueses, bem como a substituição dos nomes dos indígenas, por nomes e sobrenomes portugueses. Vem em: OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; DE MESQUITA, Ilka Miglio. O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar decolonial. Roteiro, v. 44, n. 1, p. 9, 2019.

<sup>23</sup> Um exemplo dessa política ocorreu durante o aldeamento da região do estreito do rio Amazonas, onde, segundo Costa (2015, p. 48), o núcleo populacional recebeu inicialmente o nome de aldeamento dos Pauxis, onde se construiu o Forte Pauxis, em referência à Aldeia dos Pauxis que viviam no local. O nome perdurou até 1758, quando a aldeia foi elevada à categoria de vila com o nome de Óbidos, em menção à cidade portuguesa homônima.

população local era ínfima, se comparada à divulgada pelo periódico em destaque, segundo o qual Pirabas chegava ao ano de 1897 com o total de 1.501 habitantes. Tais dados demográficos demonstram que 21 anos após o levantamento feito por Ferreira Penna (1876), a povoação estava vivenciando um fenômeno migratório.

Essa possibilidade parece plausível, tendo em vista que naquele período - primeira década da República - o governo do estado do Pará estava implementando sua política de incentivo à colonização agrícola do nordeste paraense, com a implantação de núcleos coloniais, visando o abastecimento da crescente população de Belém, que vivenciava a *boom* da borracha. Segundo Tavares (2008), a construção da estrada de ferro Belém-Bragança (1875-1908) fez parte dessa política de colonização, que atraiu milhares de migrantes estrangeiros e nacionais, resultando na criação de vários núcleos populacionais ao longo da ferrovia (Tavares, 2008, p. 70).

Como bem discutem Brito Amaral e Silva Melo (2023), mesmo excluídas do projeto de colonização agrícola, e, isoladas e dependentes da navegação, as cidades e localidades ao longo do litoral do Salgado (a exemplo do nordeste paraense como um todo) foram importantes para o abastecimento da capital, considerando sua forte e histórica ligação com a atividade da pesca.

Somando-se a essas informações, constatou-se, ainda, que em 30 de dezembro de 1891, se anunciava no Jornal A República<sup>24</sup>, os estudos para a abertura do ramal de acesso à Salinas, com a estimativa de “contribuir com o desenvolvimento de núcleos populosos, tais como Santarém-Novo, Cintra (Maracanã), Marapanim, Salinas, São João de Pirabas, etc”. Com isso, vê-se que a abertura de estrada se avizinhava de São João de Pirabas, que já era vista como um “núcleo populoso”, cuja necessidade de “desenvolvimento” ganhava a atenção por parte dos órgãos de governo. Logo, é possível vincular a explosão demográfica de Pirabas, observada na publicação, ao fenômeno migratório impulsionado pela política governamental de migração, ao final do século XIX.

Conforme visto, para além do fornecimento dos dados arqueológicos, a “breve notícia” em muito contribui para a compreensão dos processos de ocupação ocorridos na foz do rio Pirabas, ao longo dos períodos colonial e imperial. Viu-se que o cientista viajou para registrar os vestígios dos assentamentos das populações ancestrais, tratando, portanto, de algo estratificado no passado remoto, e acabou por testemunhar os passos embrionários de um novo

---

<sup>24</sup> Estrada de Salinas. A República. 30 de dezembro de 1891. Belém-Pará. Hemeroteca Digital - BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704440&pasta=ano%20189&pesq=Estrada%20de%20Salinas&pagfis=3696>. Acesso em: 03 set. 2025.

assentamento humano, aquele núcleo populacional que, no futuro, se consolidaria como a sede do município de São João de Pirabas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme pontua Calazans (2016), os sambaquis não só testemunharam sobre a existência de populações indígenas ancestrais, mas acumularam resquícios das relações sociais, bem como as memórias dos grupos humanos de diferentes temporalidades. Ou seja, em um primeiro momento configuram “monumentos de uma antiga população caiçara, construídos pela obstinada ação dos mais antigos habitantes deste litoral, durante milênios”, de forma que, após resistirem por séculos, assumem, no contexto da colonização, a conotação de “prova da incivilidade e da indolência indígena”, sendo que nos séculos seguintes, “tornaram-se minas de onde se obtinha o produto químico fabricado no Brasil: a cal.” (Calazans, 2016, p. 8).

Isto posto, da mesma forma que os sítios arqueológicos são tidos pela ciência como o meio para se compreender os hábitos e organização social dos grupos pré-coloniais, eles foram imprescindíveis na reconfiguração social durante a colonização, seja do ponto de vista de sua utilização nos edifícios coloniais - na implantação dos núcleos populacionais a partir dos quais consolidou-se o processo de ocupação territorial -, seja por seu impacto econômico na sociedade colonial, gerando ativos financeiros para a cadeia produtiva da indústria caieira. Além disso, a exemplo do que ocorreu no contexto de São João de Pirabas, a exploração comercial dos sambaquis influenciou diretamente no processo de ocupação populacional dos locais em torno dos quais estavam situados, na medida em que se firmavam como um ramo comercial dessas povoações e vilas (Noronha, 1768).

Neste sentido, a “breve notícia”, de Ferreira Penna, emerge como um testemunho documental que, para as pretensões deste trabalho, lança luz sobre a estrutura da indústria caieira, responsável por exaurir os sítios arqueológicos amazônicos, em especial os da zona do Salgado Paraense que, grosso modo, testemunhavam sobre a presença dos primeiros habitantes da foz do rio Pirabas, cujas áreas de mangues caracterizadas por sua rica biodiversidade, atraíram populações sedentárias há pelo menos seis mil anos (Simões, 1981; Silveira; Schaan, 2005).

Diante disso, torna-se curioso pensar que os recursos naturais da fauna marinha (moluscos, crustáceos e peixes), que serviram de atrativos para o assentamento dessas populações ancestrais, hoje respondem (os peixes, essencialmente) por aquela que se firmou, nos séculos XX e XXI, como uma das principais fontes de renda do município de São João de Pirabas, tornando-o referência nas regiões norte e nordeste do país por sua produção pesqueira

(Brito Amaral e Silva Melo, 2023). Posto de outra forma, a vocação pesqueira que compõe a identidade pirabense na atualidade, foi umas das características das populações indígenas ancestrais, que se estabeleceram às margens do rio Pirabas, há milhares de anos.

No que tange à reconfiguração social, ocorrida durante o período da colonização amazônica, o cientista do Museu Nacional registra que, cerca de dois séculos antes, a foz do rio Pirabas tornara-se atrativa por conter, em sua paisagem, vestígios faunísticos que, de tão lucrativos que se tornaram, passaram a ser chamados de “minas” (Calazans 2016). Assim, o processo de ocupação populacional seria moldado pela política e cultura dos colonizadores, incluindo a nomeação do novo núcleo, “povoação de São João”, nome de santo católico português.

Como visto, a indústria caieira explorou os sambaquis do litoral amazônico até à exaustão para viabilizar os edifícios coloniais, deixando na paisagem as marcas da degradação. Nas palavras de Calazans (2016, p. 127), “a indolência da qual os indígenas foram acusados foi respondida pela insensibilidade da engenharia e arquitetura do período: moer ossos para construir igrejas!”. No caso específico da “mina de São João”, as marcas da degradação ambiental serviram para dar início a um novo assentamento humano, o que por si só possui um significado simbólico e peculiar, na medida em que demonstra que São João de Pirabas possui “passados” marcados por identidades ligadas aos sambaquis, em diferentes temporalidades.

Assim, enquanto no passado remoto a região em torno do rio Pirabas foi habitada pelos “povos sambaquieiros”, no passado mais recente, no século XIX, a ação dos “carregadores de sernamby” esteve relacionada à formação de um novo povoamento. Ambos os fenômenos sociais compõem a história do atual município de São João de Pirabas.

Dessa forma, manter os sambaquis à margem da história do município, significa negar à sociedade hodierna, o conhecimento de sua ancestralidade; significa invisibilizar os grupos indígenas nos processos de formação das populações locais, reforçando, ainda que inconscientemente, o “mito fundador”, como se o povoamento local tivesse iniciado com a chegada dos primeiros colonizadores.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, C. (1999). A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, (44), 32-51.

Biblioteca Brasileira Guita and José Mindlin. Disponível em:  
<https://www.bbm.usp.br/en/Selection-BBM-digital/fern%C3%A3o-cardim-1540-1625>).

Boletim demográfico de São João de Pirabas. Folha do Norte (PA) - 1896 a 1903. 03 de maio de 1897. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=101575&pagfis=1898>. Acesso em: 02 set. 2025.

Bom Negócio. Diário de Notícias, Belém-Pará, 13 de outubro de 1885. Edição nº 231. Disponível em:  
<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=763659&pagfis=4448>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 939, de 06 de agosto de 1879. Crea uma escola elementar de instrução primária para o sexo masculino, na povoação de São João de Pirabas. *Collecção das Leis da Província do Gram-Pará do Anno de 1879, Volume 1, Parte 1*. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?id=TMUqAAAYAAJ&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs\\_toc\\_r&cad=1#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=TMUqAAAYAAJ&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=1#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 04 set. 2025.

BRITO AMARAL, Márcio Douglas; DA SILVA MELO, Josenilson. Rede urbana e pequenas cidades no litoral do salgado paraense: uma abordagem a partir de Vigia, Marapanim e São João de Pirabas-PA. *Acta Geográfica*, v. 17, n. 43, 2023. Disponível em:  
<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/7610>. Acesso em: 28 nov. 2025.

CALAZANS, Marília Oliveira. Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.

CALAZANS, Marília Oliveira. Sambaquis e edifícios coloniais: uma proposta de musealização integrada. *Anais Eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016.

CAMPOS, Maria Aparecida Nogueira et al. A utilização da cal conchífera em monumentos históricos no Espírito Santo. 2. In: *Congresso Nacional de Argamassas de Construção*, Lisboa. 2007.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia., 1925.

CLARKE, John M. A Estrutura Geológica da Região do Baixo Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi de História Natural e Etnografia* - 1933.

CORONA & LEMOS. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart. 1972.

COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes portugueses na Amazônia brasileira*. 2015.

COVOLAN, Fernanda Cristina; GONZALEZ, EVERALDO TADEU QUILICI. Sistema sesmarial no Brasil. 8ª Mostra Acadêmica UNIMEP, v. 26, 2010.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I. (No Title), 1989.

DA SILVEIRA, M. I.; PAHL SCHAAN, D. . Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 67–79, 2005. DOI: 10.24885/sab.v18i1.205.

DE SOUSA VERAS, Hermes. O santo e o encantado. Revista de Antropologia, v. 64, n. 3, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/b4RWHJKp6ybPrrLssFkjn7q/?lang=pt>.

DIAS, Caio Smolarek; DIAS, Solange Irene Smolarek. Belém do Pará: história, urbanismo e identidade. Planejamento Urbano e Regional: ensaios acadêmicos do CAUFAG. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.

ÉGLER, E. G. A Zona Bragantina no Estado do Pará. Revista Brasileira de Geografia. Ano XXIII, nº 3, 1961.

Estrada de Salinas. A República. 30 de dezembro de 1891. Belém-Pará. Hemeroteca Digital - BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704440&pasta=ano%20189&pesq=Estrada%20de%20Salinas&pagfis=3696>. Acesso em: 03 set. 2025.

FAPESPA. Estatística Municipal - São João de Pirabas. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Sao-Joao-de-Pirabas.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FERREIRA PENNA, Domingos Soares. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *In*: Archivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, p. 85-99, 1876.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Revista Estudos Históricos, América do Norte, 1, jan. 1988.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil | Cidades e Estados, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-joao-de-pirabas/panorama>. Acesso em: 01 set. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

Diagnóstico e caracterização socioambiental das áreas propostas para criação e ampliação de Reservas Extrativistas na Mesorregião do Nordeste Paraense no Estado do Pará. Belém, PA: ICMBio, 2016. Disponível em: <https://saojoaodepirabas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Estudo-RESEX-Viriandeua-e-Bom-Intento.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – PA. Belém-Pa, 2018. Disponível em:

[http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/inventario\\_braganca2018dezembro\\_copia-compressed-ilovepdf-compressed.pdf](http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/inventario_braganca2018dezembro_copia-compressed-ilovepdf-compressed.pdf). Acesso em: 29 nov. 2023.

LINHARES, Ana Maria Alves. Marajoara “civilizado” e identidade nacional brasileira (século XIX). *Revista Estudos Amazônicos*, v. 1, 2015.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas para grãos utilizados no período colonial e as dificuldades para sua conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, n. 21, 2001.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memórias para a história da capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícias dos annos em que se descobrio o Brazil. São Paulo e Rio, 1920. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7514>. Acesso em: 25 out. 2023.

Mapa dos Municípios do Estado do Pará - 2016. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/mapas>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MARTIUS, C. F. von - Como se deve escrever a História do Brasil, publicado com O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.

MOTTA, S. N. M. Metodologia para caracterização dos processos construtivos e das patologias de edificações históricas: estudo de caso em Ouro Preto-MG. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2010.

NORONHA, José Monteiro de. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768). Vol. 1. EdUSP, 2006.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana; DE MESQUITA, Ilka Miglio. O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar decolonial. *Roteiro*, v. 44, n. 1, p. 9, 2019.

OLIVIERI, Antônio Carlos; VILLA, Marco Antônio. Os Cronistas do Descobrimento. São Paulo: Ática, 1999.

Panorama do Pará em Doze Vistas - J.L Righini. *In*: Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PROUS, André. - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RIGHINI, Joseph Léon. Panorama do Pará em Doze Vistas. 1867. Centro de Memória da Amazônia – UFPA. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANJAD, Nelson. "Ciência de potes quebrados": nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 19, p. 133-164, 2011.

SCHAAN, Denise Pahl. A Amazônia em 1491. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 11, n. 20, 21, 2009.

SILVA, Dario Benedito Rodrigues Nonato da. Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX. 2006.

SIMÕES, Mário Ferreira. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Nota Preliminar. 1981.

SOUZA, Mériti. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. 2004.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. Acta Geográfica, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2008.

WAGNER, Gustavo Peretti. Sambaquis da barreira da Itapeva: uma perspectiva geoarqueológica. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.